



Barômetro da Infraestrutura Brasileira

Maio de 2023 | 9ª Edição



Building a better
working world

Qual a percepção dos investidores sobre o cenário atual do setor de infraestrutura e as perspectivas futuras?

Essa foi a questão que motivou a ABDIB e a EY a unirem esforços para conduzir uma pesquisa semestral com o objetivo de identificar o ânimo de empresários e especialistas dos setores de infraestrutura a respeito de temas que impactam a realização de investimentos e o desenvolvimento de projetos.

A determinação é produzir, duas vezes por ano, avaliações setoriais de qualidade, que ofereçam uma contribuição efetiva às autoridades públicas e aos agentes institucionais na formulação e na gestão de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

Esta edição traz como destaque o tema Transformação Digital na Infraestrutura do Brasil. A esse respeito, são abordadas as atualizações pelo Governo Federal da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) 2022-2026, que apresenta medidas a serem incentivadas pela União para a promoção da transformação digital em diversos aspectos e setores.

Ainda no destaque desta edição, apresenta-se como se tem estabelecido a transformação digital em alguns setores da infraestrutura, como Iluminação Pública, Educação e Resíduos Sólidos, seja nos temas relacionados ao E-Digital, seja nos setores tratados com maior foco, são muitas as oportunidades para iniciativas em prol da sociedade e do desenvolvimento da transformação digital no país.

Sumário

4

Cenário macroeconômico

8

Expectativas de investimentos

14

Potencial para PPPs e concessões

20

Relacionamento entre os Poderes e instituições públicas

24

Ambiente para investimentos

30

Cenário do Brasil no início dos novos governos

1

Cenário macroeconômico

Produto Interno Bruto

O Boletim Focus, do Banco Central, estima o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 0,96% para o ano de 2023. Trata-se de uma redução em relação aos 2,9% verificados em 2022, o que impõe à nova gestão federal desafios para a implementação tempestiva de medidas macroeconômicas que coloquem o país na rota do crescimento. Apesar das incertezas, tanto aqui como no mundo, com relação ao desempenho da economia, em um ambiente de inflação e juros elevados, o PIB do Brasil poderá superar as estimativas iniciais, caso o governo consiga colocar em prática as agendas estruturantes, como o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária.

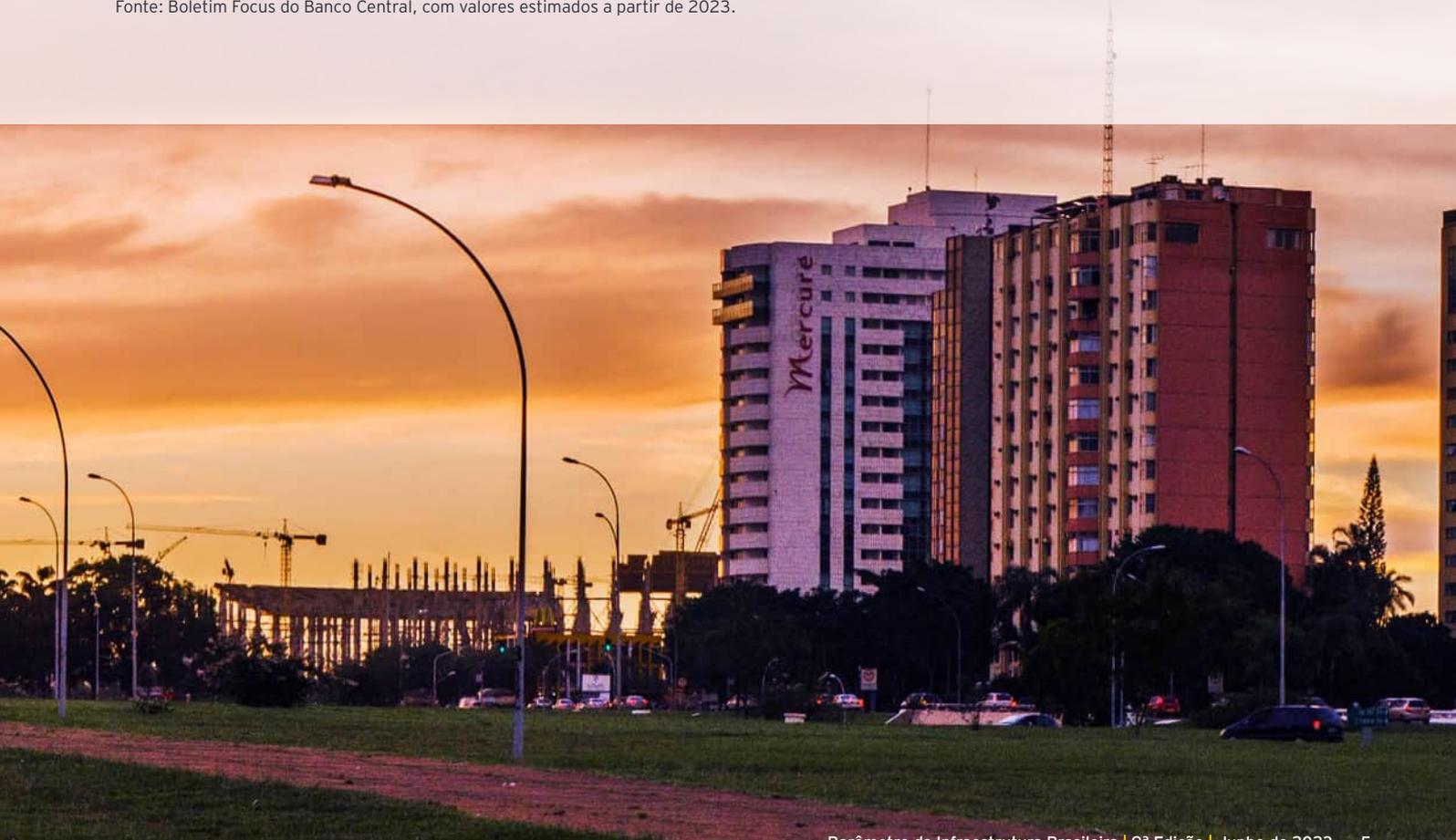
A desaceleração da agenda de concessões de serviços públicos de infraestrutura dos governos federal e estaduais em 2022, em função do período eleitoral e do aumento extraordinário do custo de muitos insumos e do início de novas gestões em 2023, gerou atrasos na efetivação de investimentos no curto prazo. Este cenário trouxe incertezas quanto ao estímulo a novos projetos de médio e longo prazos. O Relatório Focus, publicado em 20 de abril de 2023, indica crescimento do PIB de 1,4% em 2024, de 1,7% em 2025 e de 1,8% em 2026.

Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa acumulada ao longo do ano (em %)



(e) = estimado

Fonte: Boletim Focus do Banco Central, com valores estimados a partir de 2023.

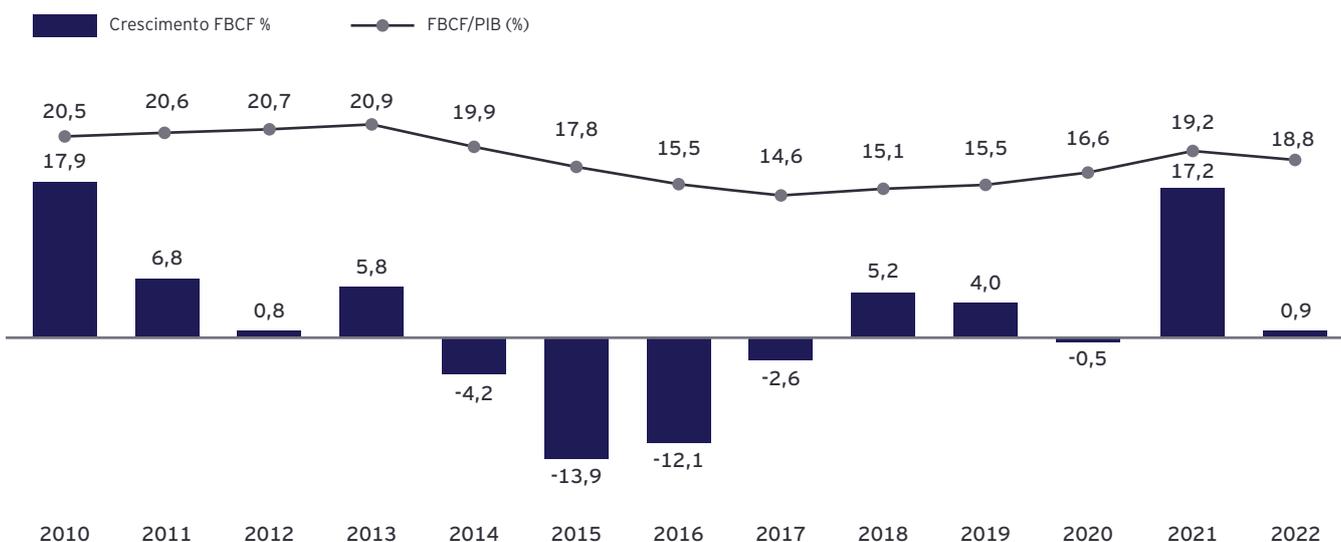


Investimento

Os investimentos cresceram apenas 0,9% em 2022, contra os 17,2% verificados em 2021. Em decorrência disso, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – rubrica que contabiliza o volume de investimentos na economia – alcançou 18,8% do PIB em 2022, comparado a 19,2% em 2021. Parte significativa

desta redução decorreu do aumento das taxas de juros na economia em 2022, inibindo novos investimentos. O Brasil, nas últimas décadas, obteve taxas de investimentos inferiores às das demais potências emergentes, o que ajuda a explicar as baixas taxas de crescimento do PIB nos últimos anos.

Formação bruta de capital fixo em relação ao PIB



Fonte: IBGE.

Investimento em Infraestrutura

O ano de 2023 inicia-se com uma percepção de menor movimentação dos investimentos. Isso se explica, parcialmente, pelo período eleitoral de 2022 e consequente mudanças de equipes nas esferas federais e estaduais. Nesse período, pela natureza da transição governamental, os entes federativos acabam por reduzir a promoção e a execução de investimentos, uma vez que, em muitos casos, são alterados os objetivos e diretrizes que norteiam as políticas a serem adotadas, afetando, consequentemente, as agendas de novos projetos ou o planejamento de novos programas.

Mudanças na esfera federal tendem a modificar as políticas e as prioridades do governo em relação à gestão anterior, havendo a possibilidade de revisões de projetos, atrasos ou mesmo cancelamentos

de iniciativas programadas e alterações nas diretrizes de financiamento e desenvolvimento de novos projetos.

Muitos projetos de infraestrutura são estratégicos e necessários para o desenvolvimento econômico, sendo possível que se mantenham como prioridades na gestão atual.

Um exemplo da priorização dos investimentos está no novo plano de investimento em infraestrutura, em elaboração pelo governo federal. O novo plano, a ser ainda divulgado, considerará seis áreas estratégicas: transportes, infraestrutura social, inclusão digital e conectividade, infraestrutura urbana, água para todos e transição energética. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) devem ganhar

relevância. Em primeiro lugar, com projetos federais e, em segundo, com o Tesouro Nacional apoiando, via concessão de aval, projetos subnacionais.

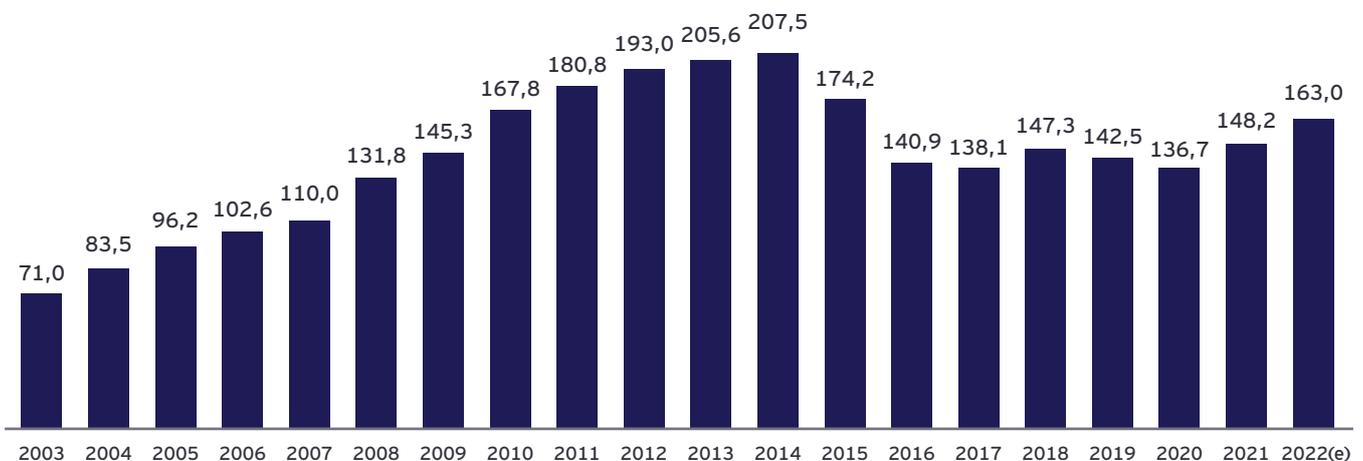
Outro exemplo está no aumento do orçamento para investimentos em infraestrutura em diversos modos de transportes em 2023, já obtido via a PEC da Transição. O valor original de R\$ 6,0 bilhões foi elevado a R\$ 23 bilhões.

Estados e Municípios também estão tentando acelerar os seus programas de investimentos, sejam diretos, sejam por meio de parcerias com o setor privado.

Estes exemplos são cruciais e indicam que os investimentos em infraestrutura serão prioridade, o que é fundamental para que o país possa reduzir as carências em diversos setores, estimular a indústria e voltar a crescer de forma sustentável.

Evolução dos investimentos em infraestrutura

(em valores constantes atualizados pelo IPCA. Em R\$ bilhões.)



(e) = estimado

Fonte: ABDIB, 2022.

Os investimentos em infraestrutura nos últimos anos apresentaram crescimento positivo, mas ainda consideravelmente abaixo dos volumes necessários para reduzir o hiato existente em diversos setores, notadamente os de logística/transportes e saneamento, e comparativamente abaixo dos resultados verificados em 2013 e 2014, que ultrapassaram R\$ 200 bilhões/ano.



2 Expectativas de investimentos

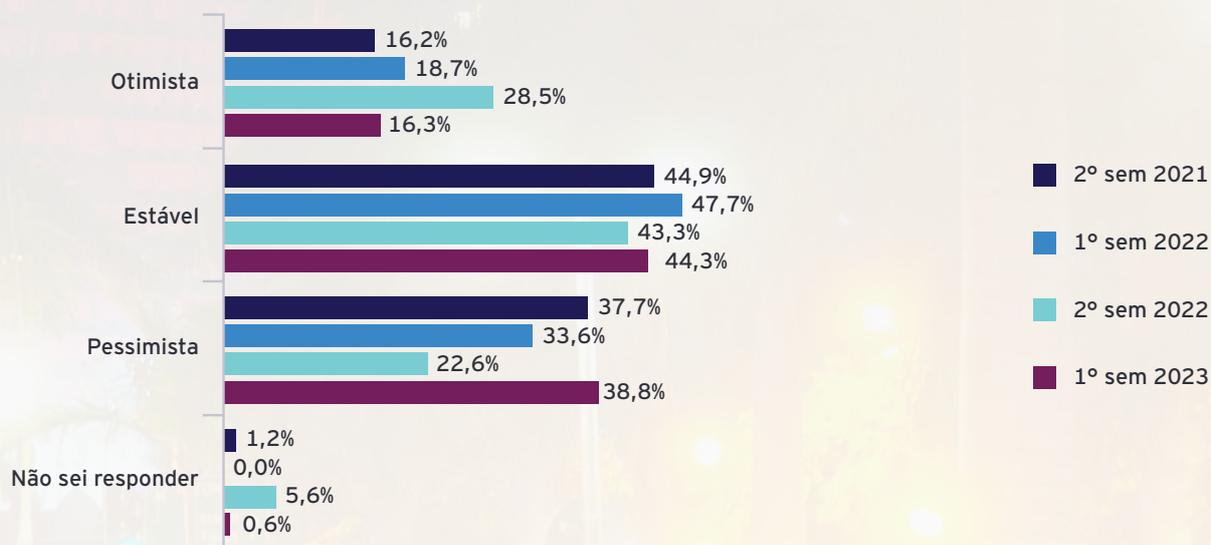
Houve uma queda expressiva no otimismo em relação ao crescimento econômico do país para os próximos seis meses.

O final de 2022 mostrou-se instável, devido a fatores como a guerra entre Ucrânia e Rússia, a forte inflação, a elevação dos juros, os bloqueios de Covid-19 na China e a possível desaceleração da economia dos Estados Unidos e da Europa. Essa situação não se amenizou no início de 2023, e com a mudança na gestão do governo federal, o cenário é de incerteza quanto às diretrizes a serem colocadas em prática e a necessidade de agendas estruturantes no país.

Já no que diz respeito ao crescimento econômico do país para os próximos seis meses, foi registrado um aumento expressivo daqueles que declararam uma perspectiva pessimista (38,8% agora, ante 22,6% no levantamento anterior), sendo o pior resultado desde o Barômetro do 1º semestre de 2021, cujo pessimismo era de 43,4%, e uma redução dos que acreditam em um cenário de otimismo (16,3% agora, ante 28,5%), o que aponta uma expectativa negativa para o próximo período.



1 Qual é a sua expectativa com relação ao crescimento econômico do país para os próximos seis meses?



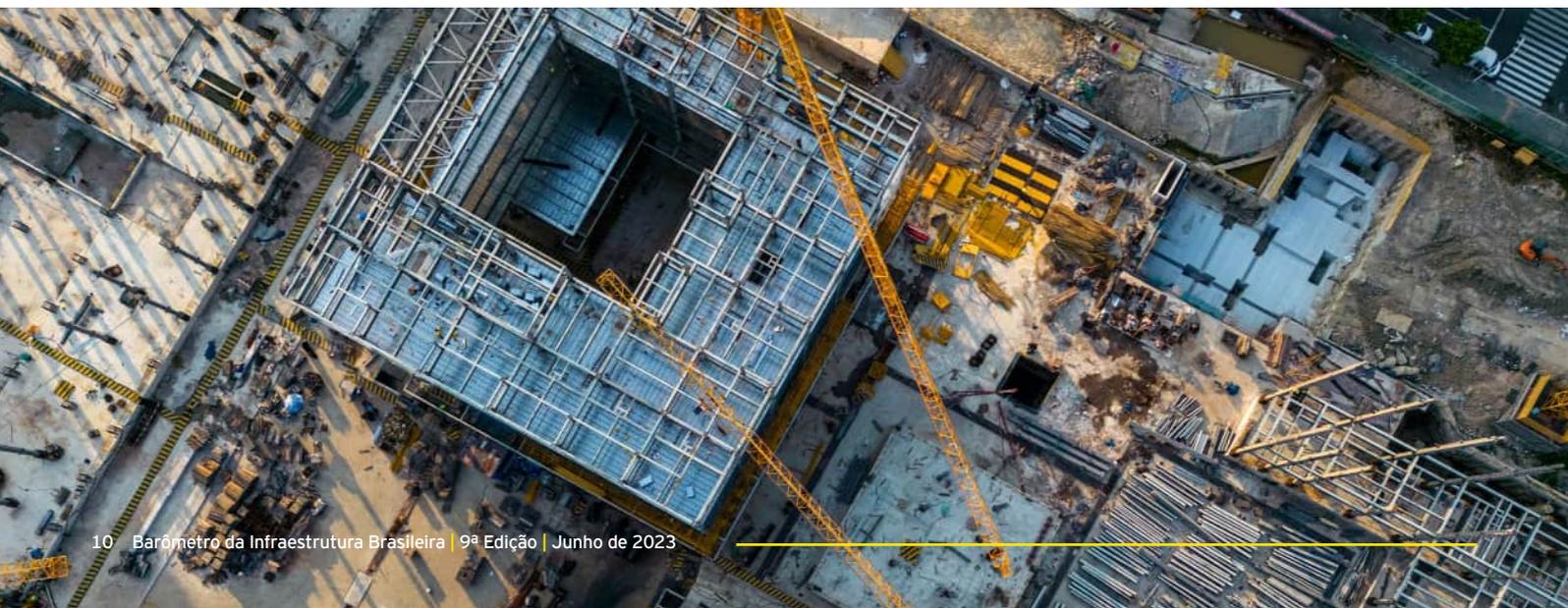
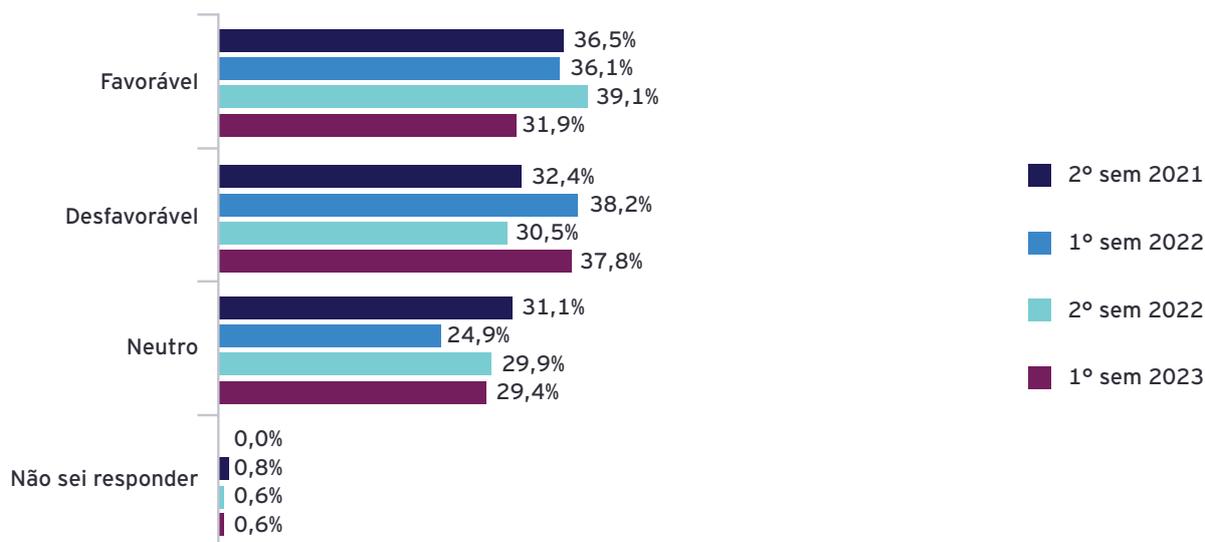
A percepção de um cenário favorável para a promoção de investimentos nos próximos seis meses diminuiu em relação ao levantamento anterior.

O cenário favorável verificado no último levantamento foi substituído por uma visão mais desfavorável para a promoção de investimentos nos próximos seis meses.

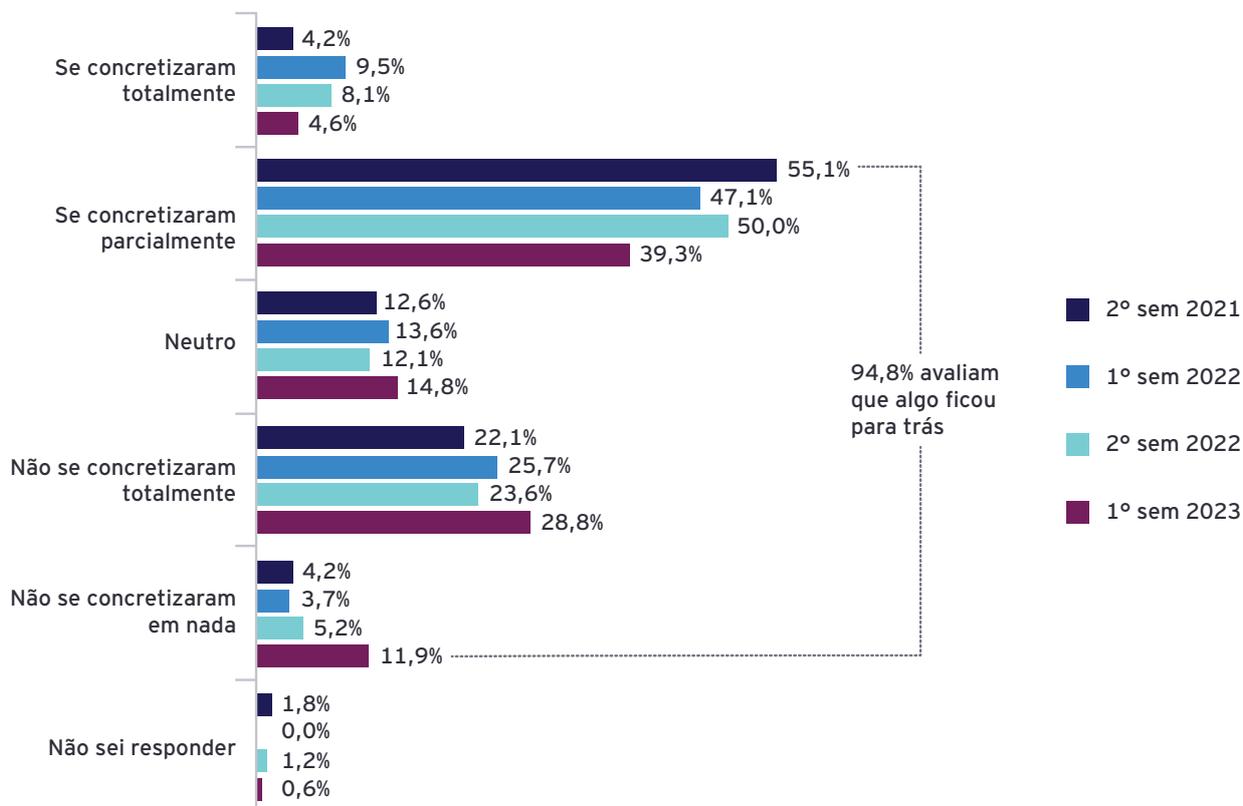
O percentual de entrevistados que consideram o cenário para investimentos desfavorável (37,8% agora, ante 30,5% no levantamento passado) aumentou, destacando-se a significativa redução do percentual de entes com uma percepção favorável (31,9% agora e 39,1% antes).

Quando questionados sobre a concretização das expectativas quanto ao cenário para a promoção de investimentos nos últimos seis meses, predomina a percepção de que essas se concretizaram parcialmente (39,3% das respostas), verificando-se uma queda de 10,7 pontos percentuais comparado com a edição anterior. Na edição passada, 8,1% das respostas indicavam a concretização total das expectativas, enquanto na pesquisa mais recente foi de 4,6%. Tendência similar foi verificada entre aqueles que consideram que suas expectativas não se concretizaram em nada, subindo de 5,2% na pesquisa anterior para 11,9%.

2 Como você classifica o cenário para promoção de investimentos em infraestrutura no país nos próximos seis meses?



3 Você considera que suas expectativas com relação ao cenário para promoção de investimentos em infraestrutura no país nos últimos seis meses:



A percepção favorável com relação às contratações tanto no mercado como nas empresas reduziu e a situação é de neutralidade.

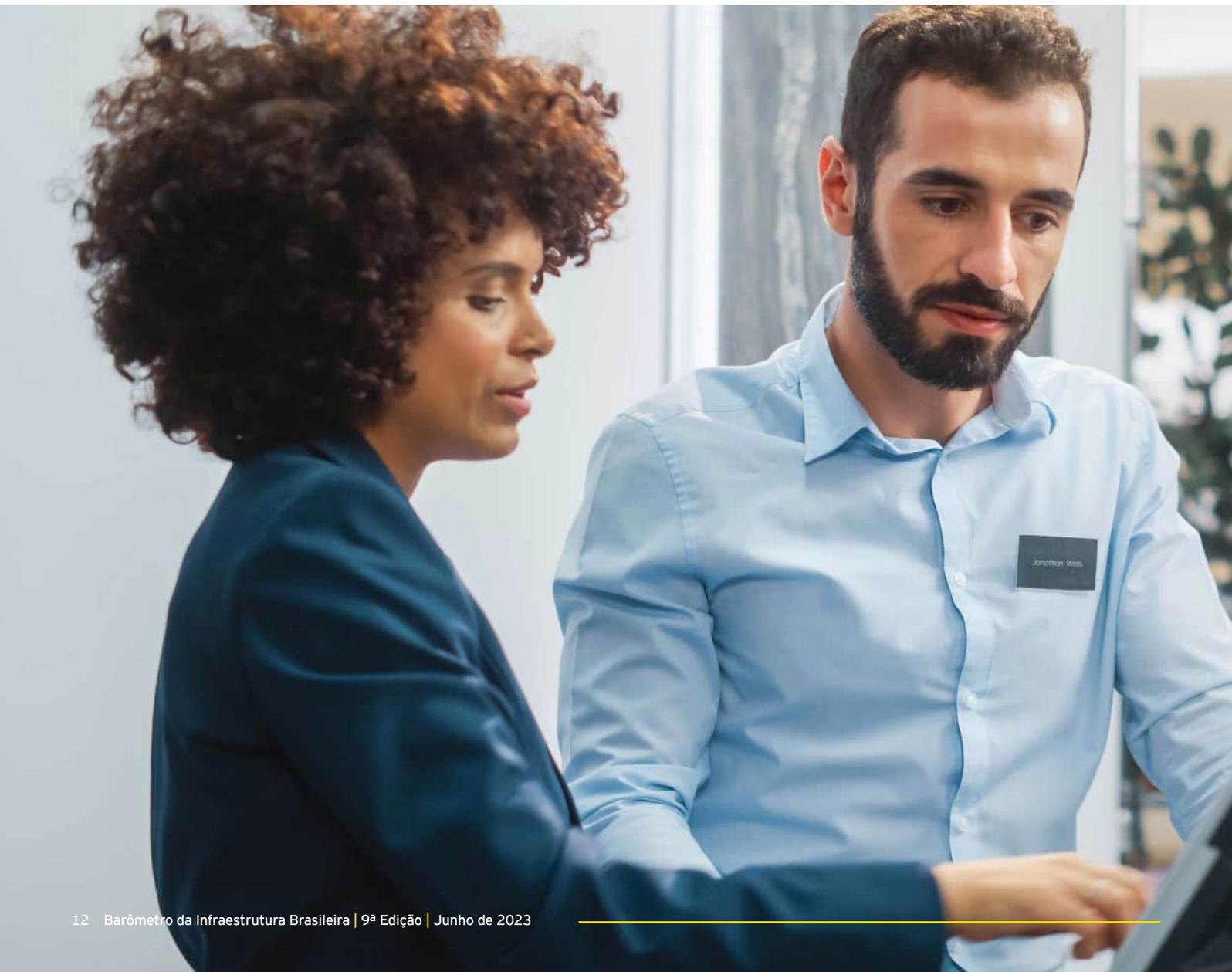
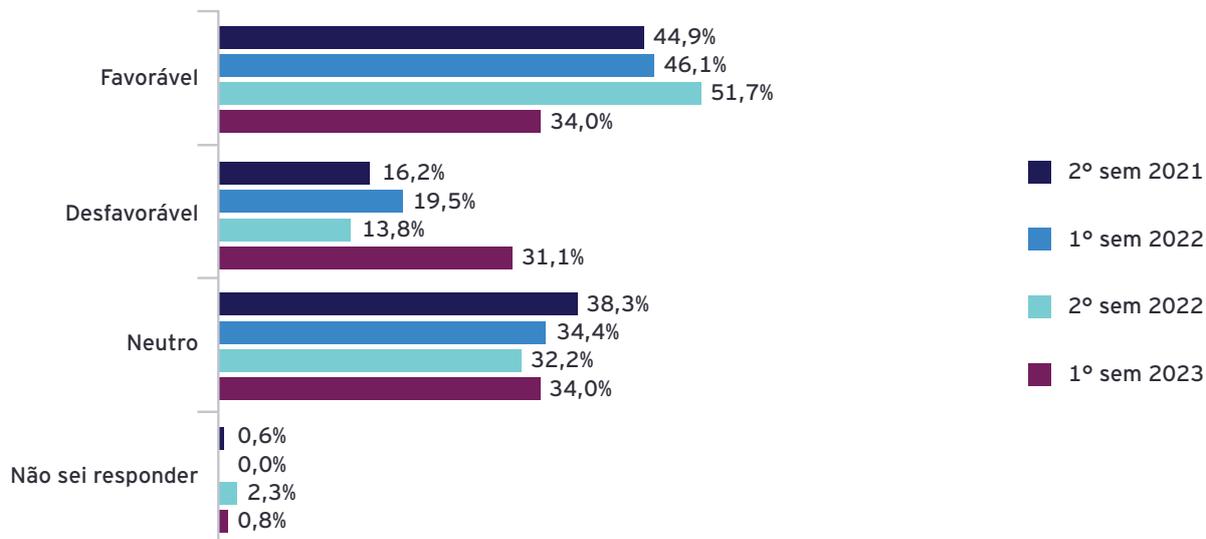
A percepção para novas contratações foi mais pessimista do que no levantamento anterior, havendo um aumento expressivo dos agentes de infraestrutura que identificaram uma situação desfavorável nos mercados em que atuam.

Na atual pesquisa, os entrevistados indicaram cenário entre desfavorável (31,1% ante 13,8% no 2º semestre de 2022) e favorável (34,0% ante 51,7% no 2º semestre de 2022) para novas contratações em seus respectivos setores. Já em relação às contratações nas empresas em que trabalham, a expectativa desfavorável cresceu 11 pontos

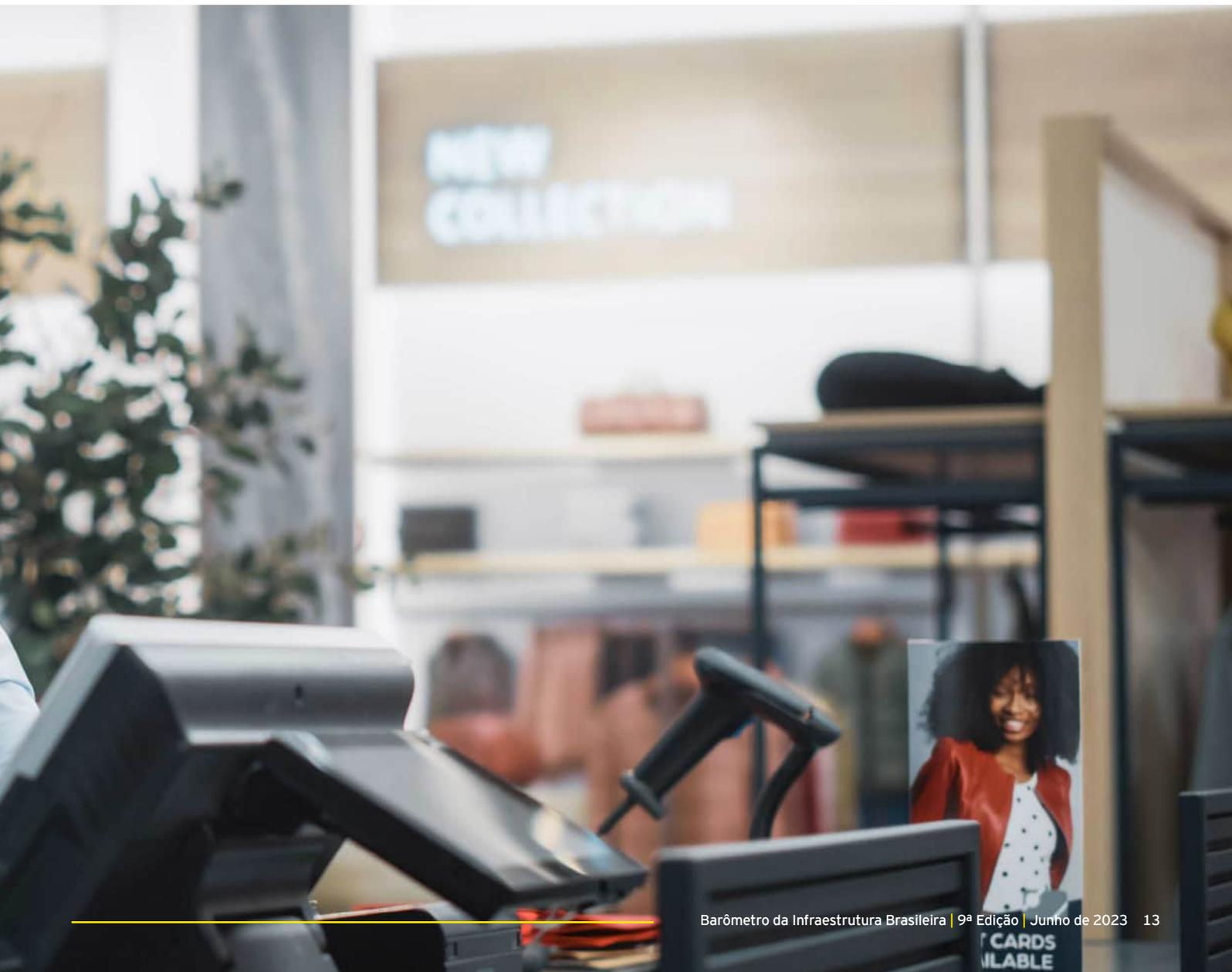
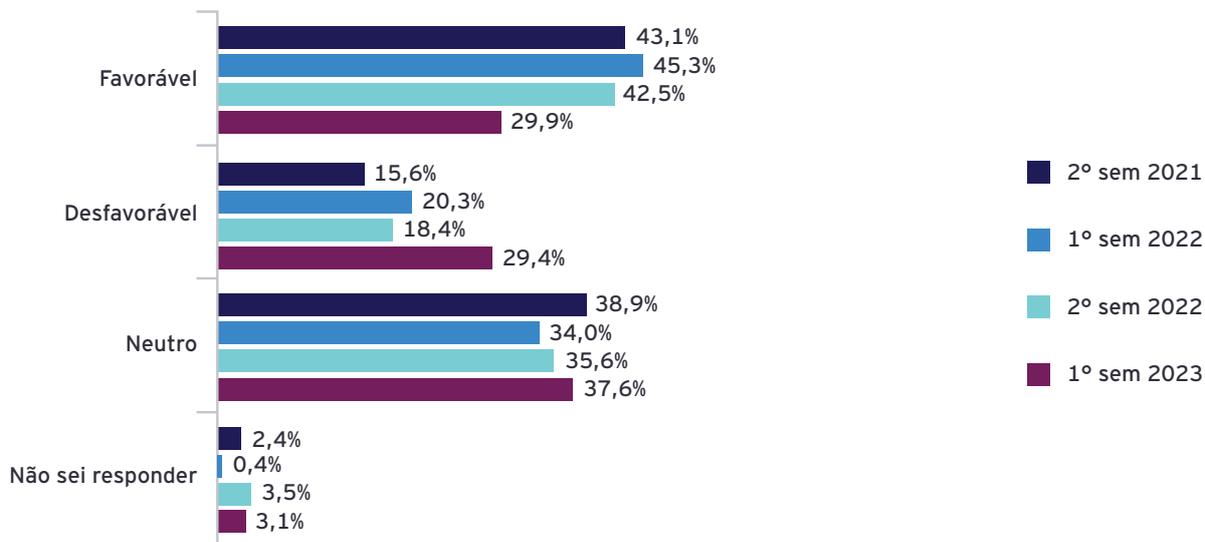
percentuais em relação ao 2º semestre de 2022 enquanto a favorável diminuiu em cerca de 13 pontos percentuais.

Nota-se, portanto que a perspectiva favorável em relação às novas contratações nos seus respectivos mercados foi a menor desde a registrada no 1º semestre de 2020, ápice da pandemia, o que se reflete de modo mais expressivo na visão a respeito de suas próprias organizações, o que pode sugerir certa cautela em relação às transições governamentais nas esferas estaduais e federal.

4 De que forma você percebe o cenário para a contratação de novos funcionários em seu mercado:



5 De que forma você percebe o cenário para a contratação de novos funcionários em sua empresa:



3

Potencial para PPPs e concessões

No radar dos entes públicos, os Estados assumem a liderança quando o assunto é potencial para investimentos privados.

Os Estados assumiram a imagem mais positiva entre os executivos do setor no que se refere ao aproveitamento do potencial para investimentos privados em infraestrutura.

Na comparação entre os diferentes entes nacionais, os estados, na visão dos executivos que participaram da pesquisa, tiveram um aproveitamento superior ao dos governos federais e municipais quando se trata do potencial para a realização de investimentos privados em infraestrutura. O aproveitamento de 49,7%, por parte dos governos estaduais, considera a soma dos que veem um aproveitamento total ou parcial do referido potencial. Por outro lado, os níveis

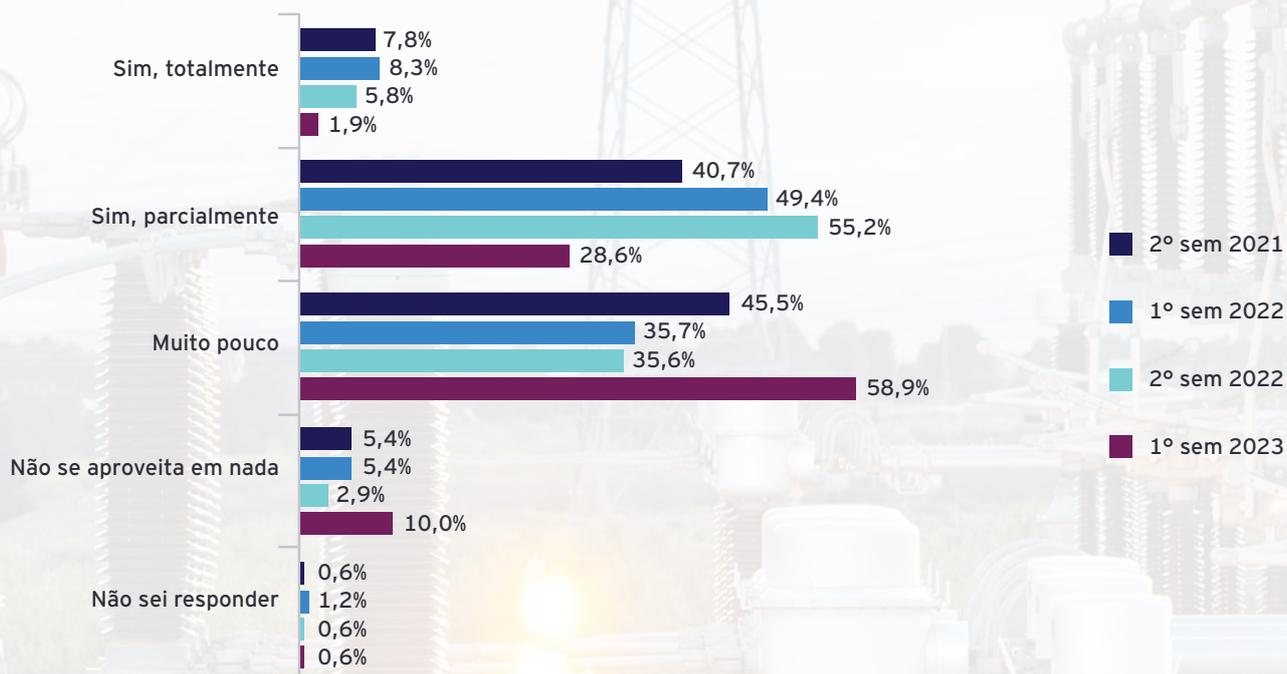
de aproveitamento registrados em relação aos governos federal e municipais foram de 30,5% e 27,2%, respectivamente.

As expectativas manifestadas relativamente aos municípios coincidem com os levantamentos realizados nas edições anteriores do Barômetro, os quais apontaram a esfera municipal como sendo a que menos aproveita o potencial para investimentos dessa natureza. Além de a maioria dos entrevistados (55,3%) entender que o aproveitamento seja “muito pouco”, é expressivo o percentual daqueles cuja visão é de que os municípios nada aproveitam desse potencial (16,1%), sobretudo se comparado ao verificado para a União e os Estados.

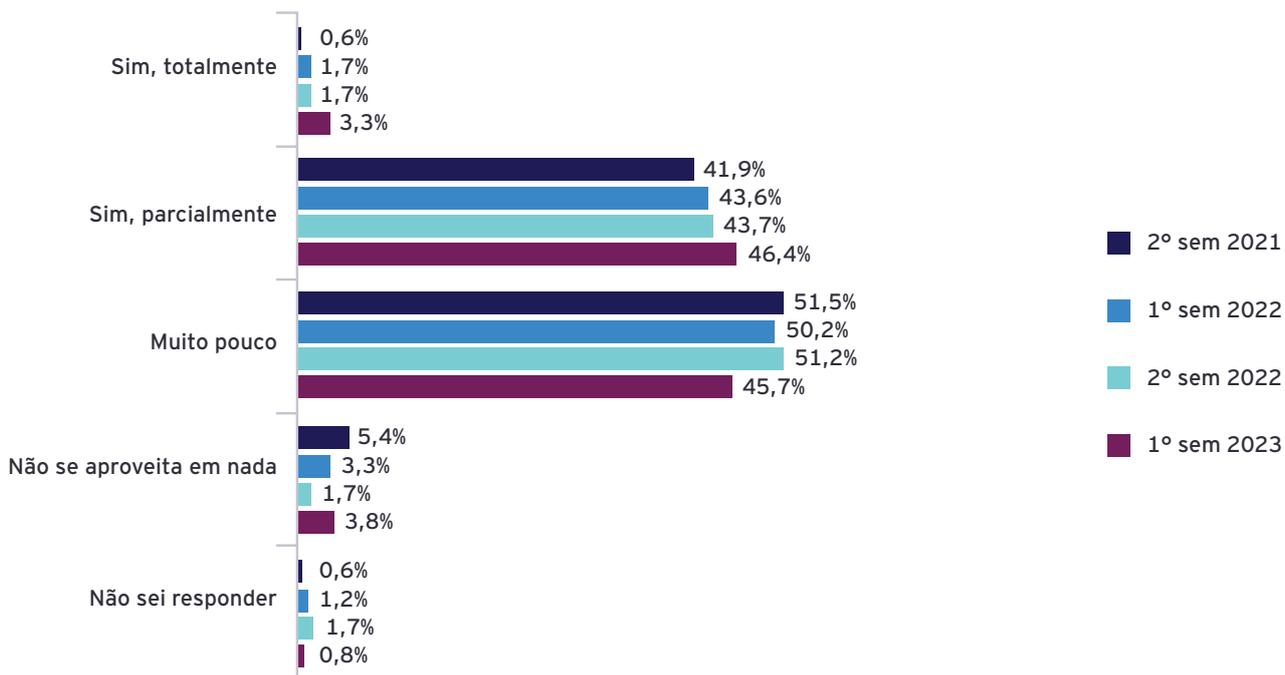


1

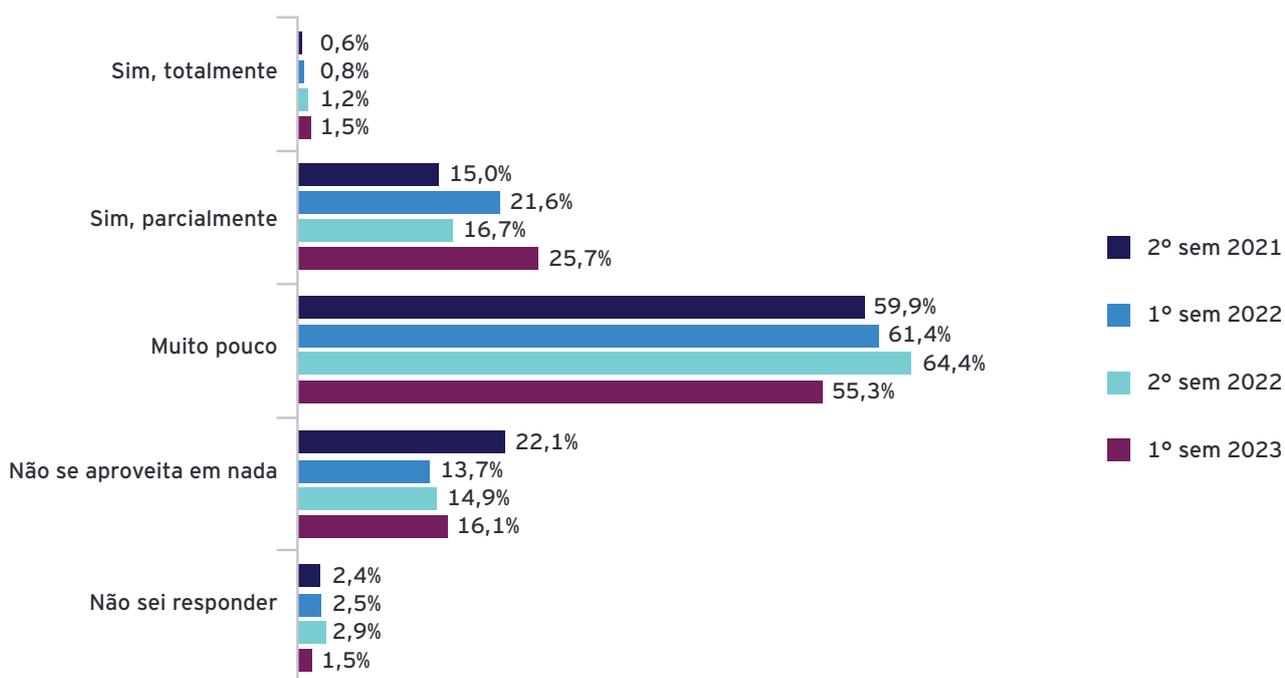
Você considera que a União aproveita o potencial que existe a nível federativo para a realização de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs?



2 Você considera que os Estados aproveitam o potencial que existe para a realização de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs?



3 Você considera que os Municípios aproveitam o potencial existente em nível federativo para a realização de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e de PPPs?



Em todas as esferas, prevalece a percepção de que há espaço para fazer mais.

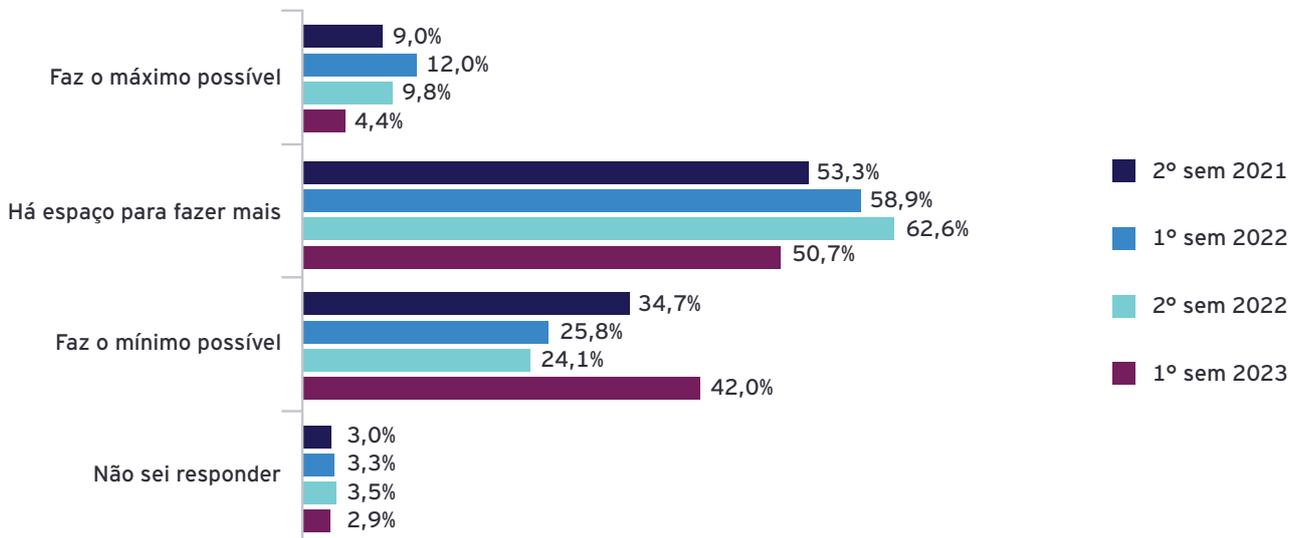
No que se refere à dimensão do apoio dos governos federal e estaduais aos municípios para o desenvolvimento de concessões e PPPs locais, prevalece a percepção de que há espaço para fazer mais dentro dos limites constitucionais.

A análise da atuação do Governo Federal revela um aumento expressivo (42,0% ante 24,1% no 2º semestre de 2022) do público que considera mínimo o esforço da União nesse sentido, o que pode ser justificado em parte pela mudança de gestão e

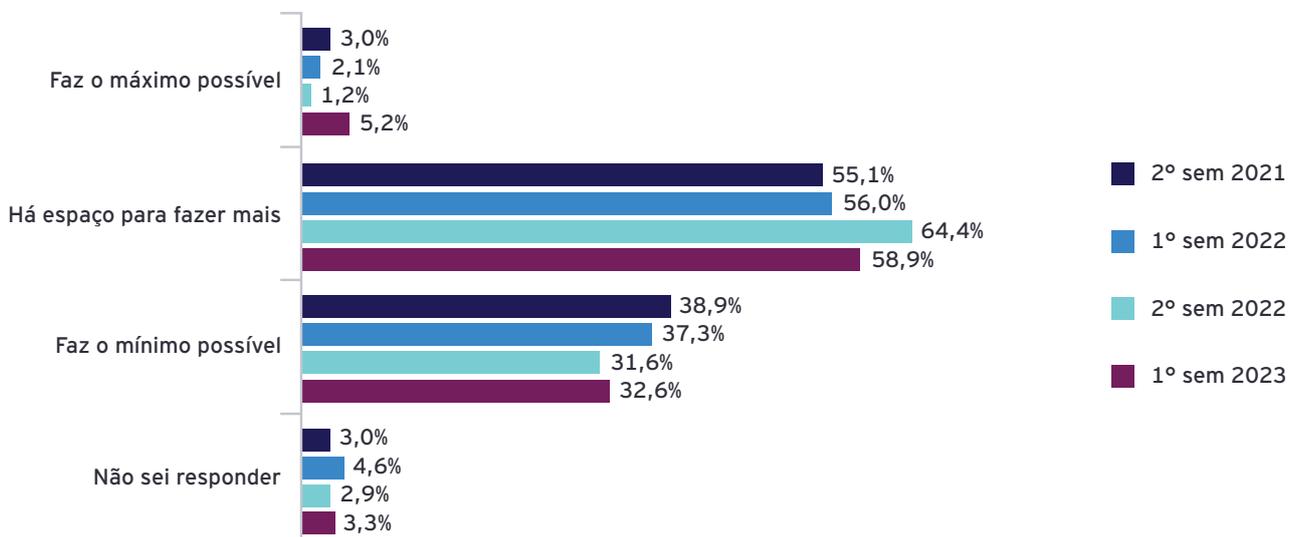
espera pelo anúncio de políticas públicas mais concretas para o setor de infraestrutura. Além disso, verifica-se que 50,7% dos entrevistados consideram que há espaço para a União fazer mais.

Constata-se ainda uma evolução positiva na percepção da atuação dos Governos Estaduais junto aos municípios, uma vez que parece ter havido uma migração da percepção de que há espaço para a avaliação de que os estados fazem o máximo possível.

4 Como você avalia o apoio da União na promoção de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs em Estados e Municípios?



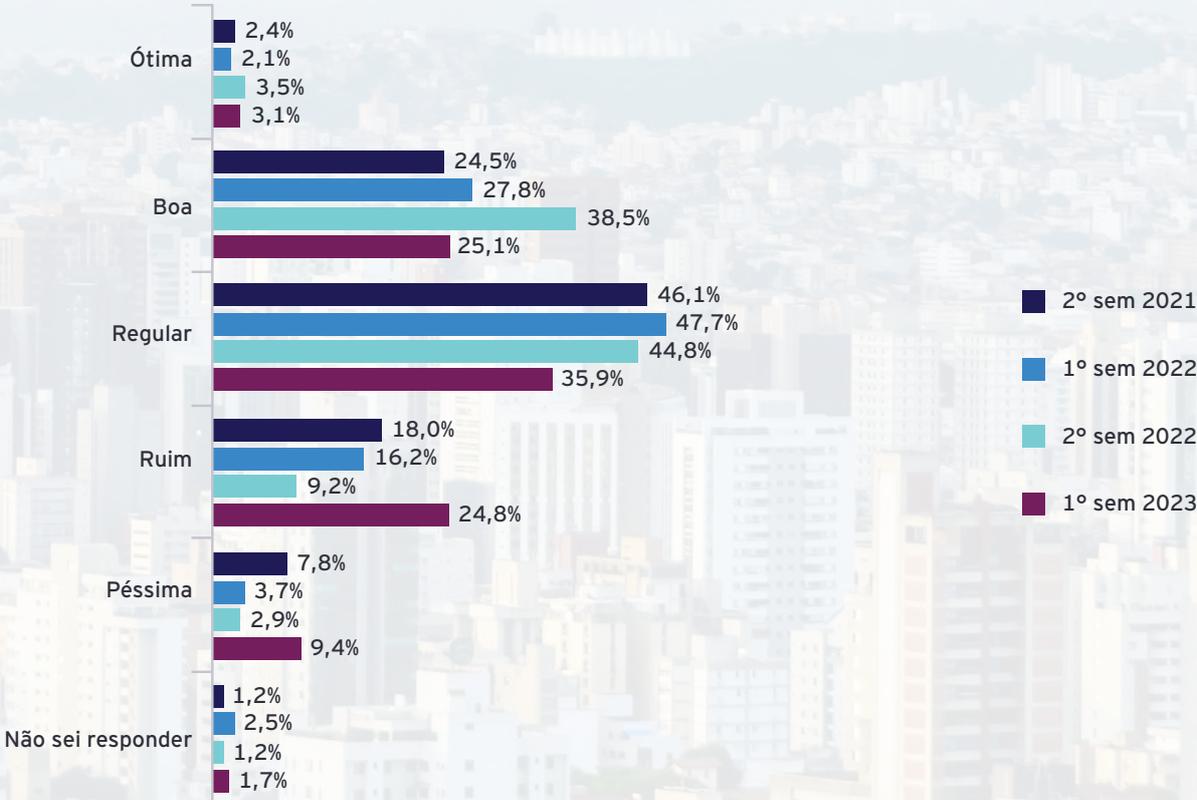
5 Como você avalia o apoio dos Estados na promoção de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs nos Municípios?



Já a percepção sobre segurança jurídica piorou expressivamente em relação à pesquisa anterior. No levantamento atual, a soma daqueles que consideram o grau de segurança jurídica ruim ou péssimo aumentou para 34,2%, frente 12,1% no período anterior, o pior resultado desde o 1º semestre de 2021.

6

Como você avalia o grau de segurança jurídica para investimentos em concessões e PPPs no segmento de infraestrutura no Brasil?



4

Relacionamento entre os Poderes e instituições públicas

Aumenta a parcela dos entrevistados que têm uma percepção negativa do relacionamento entre o Poder Executivo e os órgãos de controle.

O cenário atual mostra um aumento da percepção negativa do mercado quanto à relação entre o Poder Executivo e as instituições de controle.

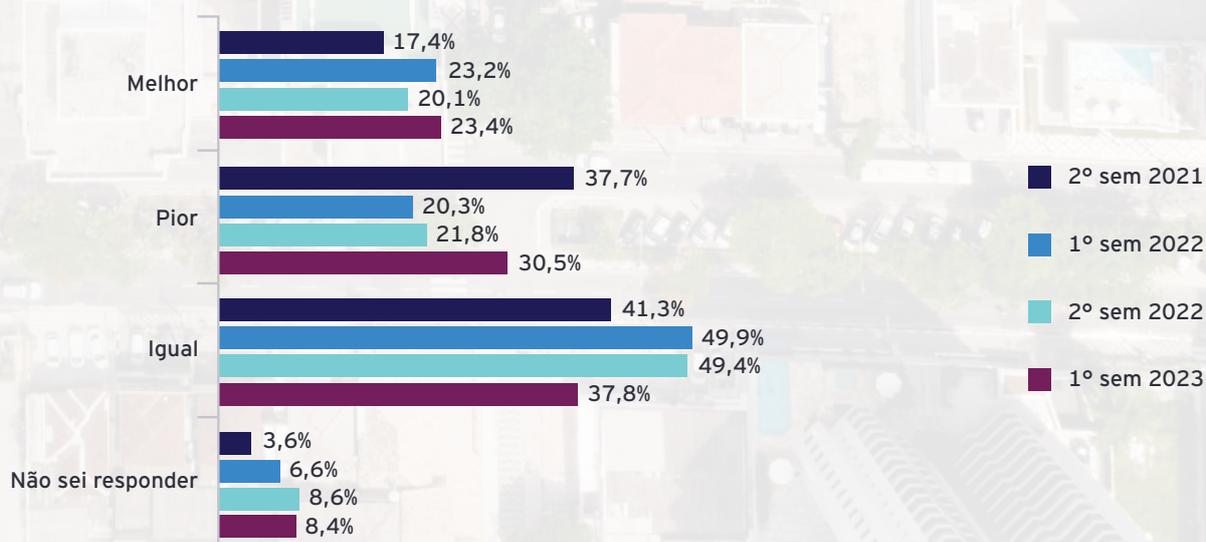
Apesar do crescimento entre aqueles que visualizam uma queda na qualidade do relacionamento entre o

Poder Executivo e os órgãos de controle, ainda predomina a percepção de que a situação mantém-se igual (37,8%). Chama a atenção a percepção de leve aumento na incidência de respostas que consideraram uma melhora no relacionamento entre as instituições, demonstrando visões mais polarizadas.

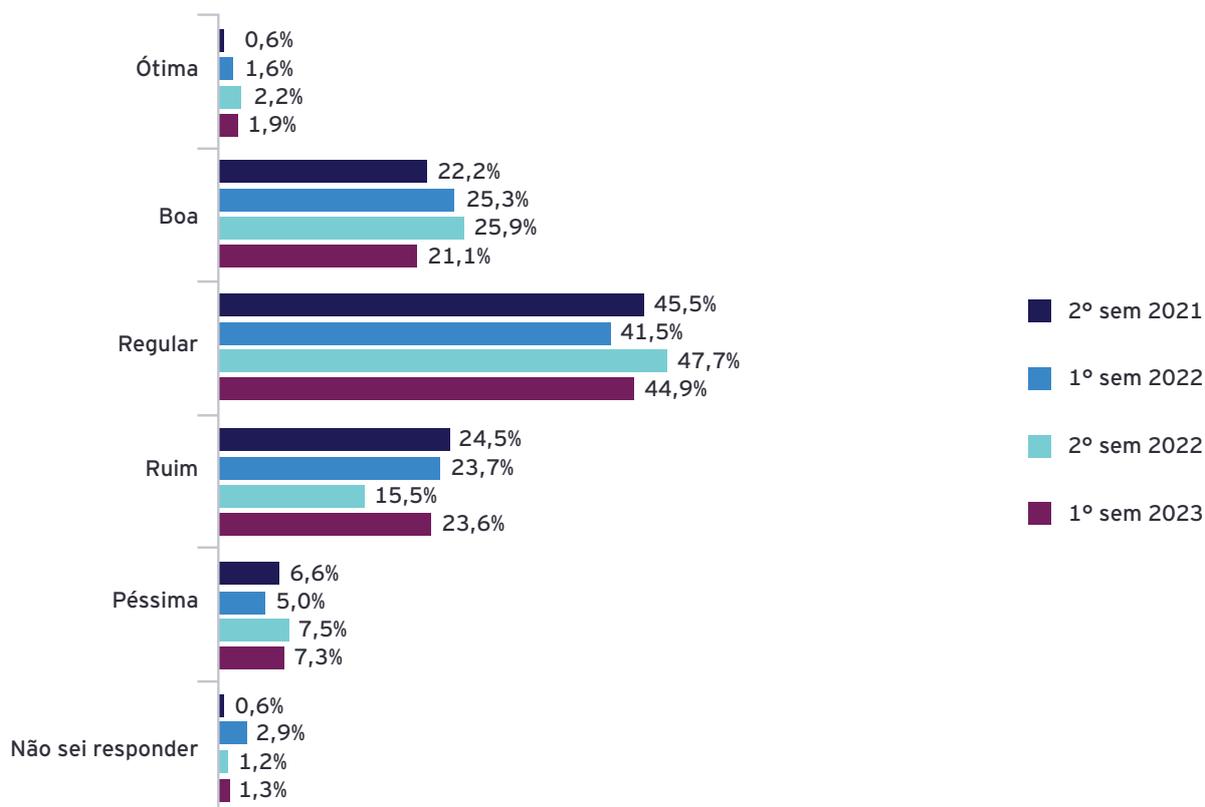


1

Como você avalia o relacionamento entre o Poder Executivo e órgãos de controle atualmente em comparação aos 12 meses anteriores?



2 Como você classificaria a atuação dos órgãos de controle no cumprimento de suas competências naquilo que tange a infraestrutura?



A atuação eficiente e equilibrada dos órgãos de controle é imprescindível para o desenvolvimento da infraestrutura no Brasil. Entre os entrevistados, assim como nas pesquisas anteriores, prevalece a percepção que essas instituições têm mantido a regularidade no cumprimento das competências que lhes cabem.

É importante destacar, no entanto, que a parcela daqueles que consideram a atuação dos órgãos de controle ótima ou boa diminuiu, atingindo um patamar de 23,0%, a menor dos últimos três períodos. Em linha com a queda da parcela daqueles que têm uma visão positiva dos órgãos de controle, as avaliações ruim ou péssima somadas atingiram o maior patamar dos últimos três semestres, igualando-se a 30,9%.



5

Ambiente para investimentos

Pela quarta edição consecutiva, o setor de Saneamento Básico vem liderando as pesquisas, com potencial de intenções de investimento nos próximos anos.

O setor de Saneamento Básico mantém, de forma consistente, a liderança entre aqueles que, na percepção dos executivos de infraestrutura, deverão receber mais investimentos nos próximos três anos. Apesar da liderança, o setor de saneamento apresentou o menor percentual entre as quatro últimas edições do Barômetro, o que pode revelar uma preocupação em relação à manutenção do marco legal de 2020. Os setores de Energia Elétrica

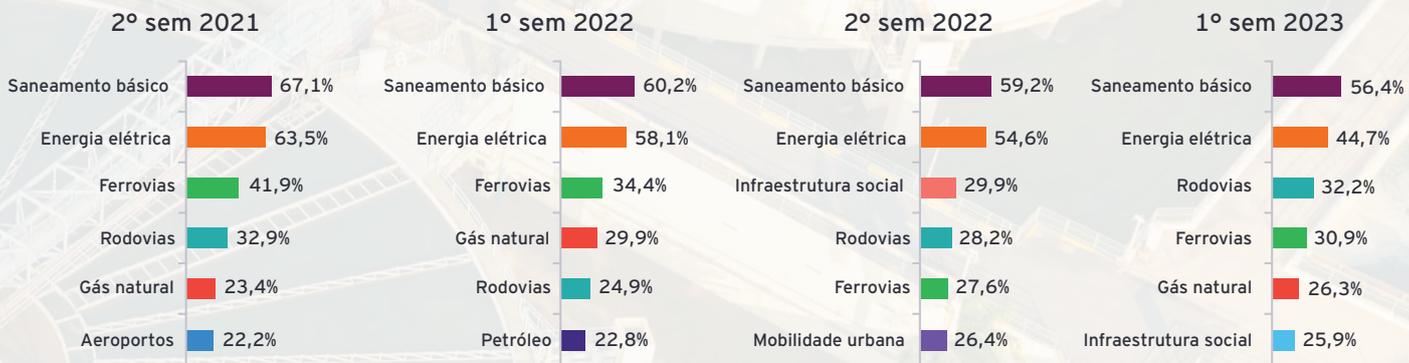
e Rodovias, este último retornando ao *top 3* após quatro edições fora dele, completam o pódio.

Em relação à pesquisa anterior, nota-se que parte das expectativas dos empresários foram redirecionadas a outros setores relevantes, como Ferrovias, Gás Natural e Infraestrutura Social, que se manteve entre os destaques nas pesquisas pelo segundo semestre consecutivo, mesmo não tendo aparecido em edições anteriores.



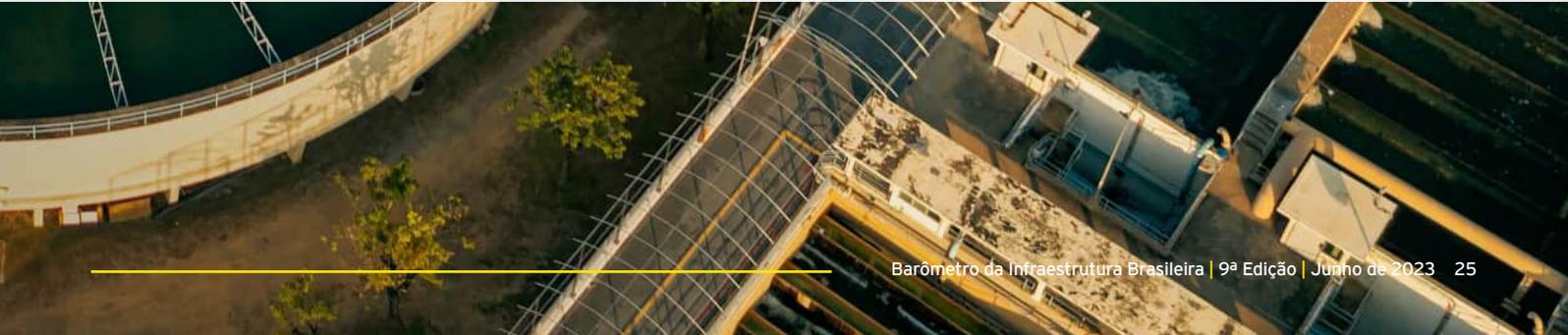
1

Aponte três setores que você entende que haverá aumento de intenções de investimento nos próximos três anos.



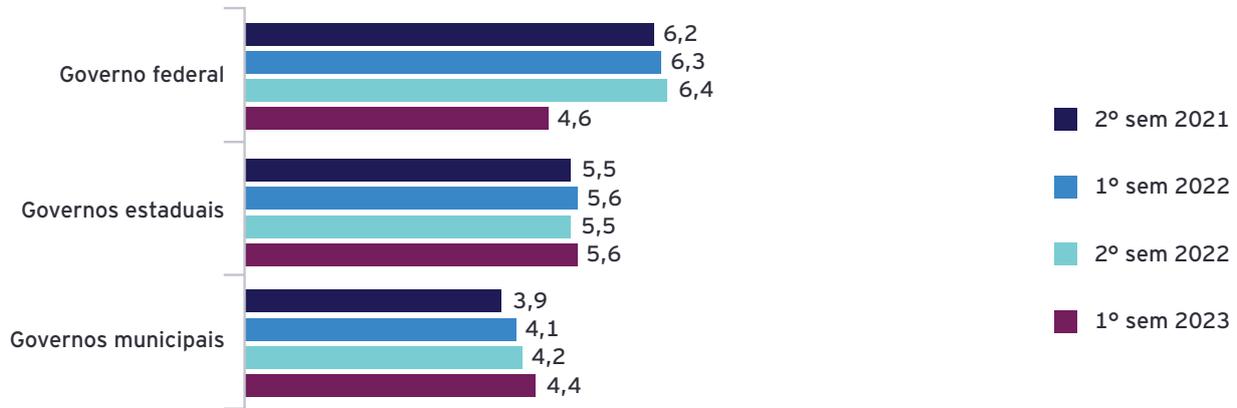
“

O setor de Infraestrutura Social, incluído na pauta pela segunda vez, demonstra uma tendência que vem consolidando-se nas agendas dos estruturadores de PPPs, o que condiz com a proposta do governo federal eleito em 2023 no sentido de implementar políticas públicas de cunho social por meio de Parcerias Público-Privadas.



2 O quanto os governos adotaram decisões importantes para a promoção de investimentos em infraestrutura nos últimos seis meses?

Número entre 0 e 10, em que 0 representa nenhuma ação importante e 10 significa muitas ações importantes.

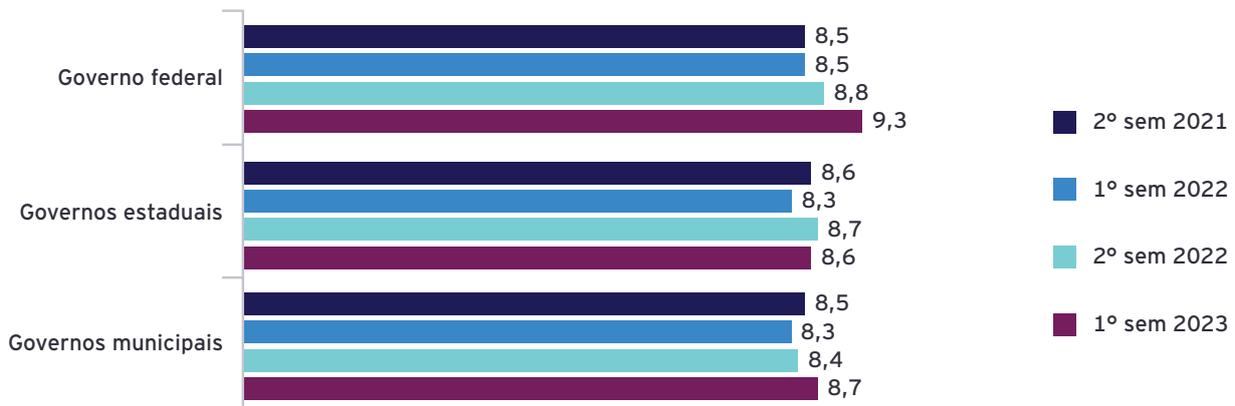


Pela primeira vez nas edições da pesquisa, o Governo Federal não se mostra como a esfera administrativa que melhor adotou decisões significativas para a promoção de investimentos em infraestrutura nos últimos seis meses.

A liderança nesta questão foi assumida pelos Governos Estaduais, que mantiveram resultados semelhantes às pesquisas anteriores.

3 O quanto cada esfera administrativa precisa esforçar-se nos próximos seis meses para a promoção de investimentos em infraestrutura?

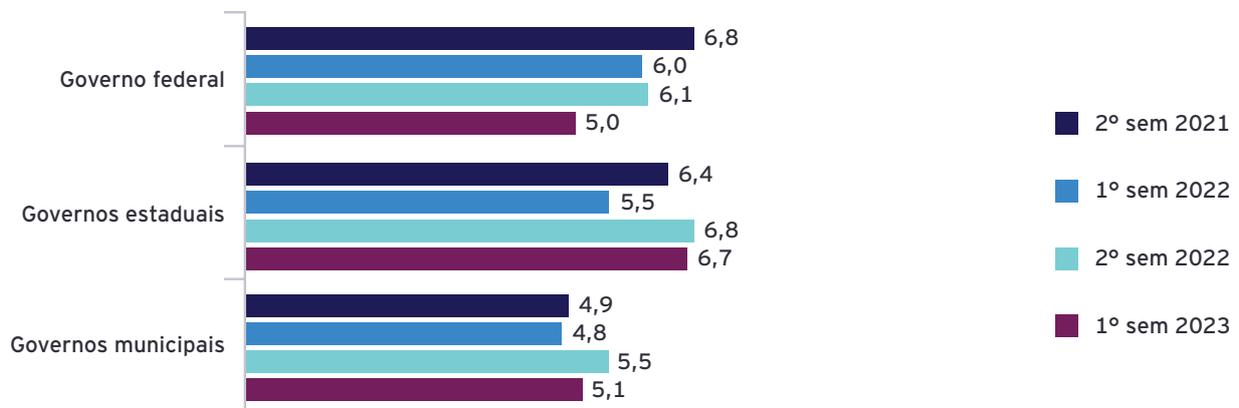
Número entre 0 e 10, em que 0 equivale a nenhum esforço adicional e 10 significa muito esforço adicional.



Disparou a visão do mercado de que o Governo Federal precisa esforçar-se para promover investimentos em infraestrutura.

4 Qual é o potencial para ocorrerem concessões e PPPs de infraestrutura nos próximos seis meses nos seguintes entes federativos?

Número entre 0 e 10, em que 0 equivale a nenhum potencial e 10 significa que muito potencial.



“

Pela segunda vez consecutiva, diferentemente do que foi observado em edições anteriores do Barômetro, até o primeiro semestre de 2022, a expectativa do mercado sobre o potencial de concessões e PPPs nos níveis estaduais é superior à do Governo Federal, o que pode indicar um cenário de incerteza quanto às políticas que serão colocadas em prática pela nova gestão federal.



Transformação Digital na Infraestrutura do Brasil

Em novembro de 2022, o Governo Federal, por meio do Comitê Interministerial para Transformação Digital (CITDigital), publicou a atualização da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) 2022-2026¹, um documento que dispõe sobre uma série de medidas a serem fomentadas pela União a fim de promover a transformação digital em diferentes aspectos.

No que diz respeito à infraestrutura, as principais propostas voltam-se ao setor de telecomunicações, visando ampliar o acesso da população à internet e às tecnologias digitais. Destacam-se entre elas: o estímulo à viabilização da implantação conjunta de infraestruturas sinérgicas, como o cabeamento subterrâneo de redes de banda larga em conjunto com redes de energia e iluminação pública; o fortalecimento da atuação de provedores regionais; a ampliação do programa Wi-Fi Brasil; a viabilização da aplicação de recursos FUST para expansão do acesso à banda larga; o apoio ao desenvolvimento de redes de telecomunicação avançadas por meio de PPPs; o acompanhamento da implementação de 5G no Brasil.

As medidas mencionadas têm, conjuntamente, o potencial para, por meio da disponibilização de infraestrutura de redes para localidades com poucos recursos, modernizar e eficientizar serviços essenciais para a sociedade, como educação, saúde, saneamento e gestão de resíduos sólidos.

PPPs de Iluminação Pública como incentivo às cidades inteligentes

De acordo com a pesquisa “As perspectivas do mercado de iluminação pública”, de 2022, elaborada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Iluminação Pública (ABCIP) e pela EY, 73% dos entrevistados atuantes no setor acreditam que os sistemas de telegestão poderão ter o seu uso expandido para outras finalidades além do monitoramento remoto em tempo real dos parques de IP.

Essa é uma grande oportunidade para a transformação digital na infraestrutura pública no Brasil, uma vez que atualmente já são mais de 90 Contratos de PPPs de IP assinados, tendo-se, atualmente, outras centenas de projetos com estudos de viabilidade em andamento ou em processo de licitação², com todas elas, prevendo, em maior ou menor proporção, a utilização de sistemas de telegestão, cuja comunicação sem fio poderia vir a promover a implantação de outras soluções inteligentes. Consequentemente, essa conectividade estabelecida por meio da telegestão proporcionaria maior eficiência na utilização de outros serviços públicos, como controle de semáforos e de tráfego, informe de acidentes e enchentes, controle de bueiros, monitoramento de reservatórios de água e até mesmo controle de serviços de estacionamentos rotativos.

No contexto das já mencionadas PPPs de IP, é relevante mencionar ainda que o desenvolvimento dessas atividades poderia ser explorado pelas concessionárias a fim de obter receitas acessórias ao serviço de manutenção e operação de parques de IP, o que torna os projetos ainda mais atrativos aos seus potenciais licitantes. Mais que isso, a exploração de outras atividades a partir das concessões de IP também otimiza os interesses da Administração Pública, visto que os contratos geralmente preveem o compartilhamento das receitas acessórias com o Poder Concedente e, também, diminui a necessidade de novos processos licitatórios longos e custosos para a prestação desses serviços.

1 Governo Federal. *Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) 2022-2026*. 2022. Disponível em https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquiosestrategiadigital/e-digital_ciclo_2022-2026.pdf. Acessado em 03/04/2023.

2 ABCIP. “Panorama da Participação Privada na Iluminação Pública”. https://www.associacaoabcip.com.br/_files/ugd/07f39f_ba06602095e94b6eb47aa1f-1665d6d71.pdf. Acessado em 17/04/2023.

Educação

A aplicação da transformação digital nos serviços educacionais foi significativamente impulsionada durante a pandemia da Covid-19, uma vez que em todos os níveis de ensino, tanto na rede pública como na privada, foi necessário estabelecer rapidamente a utilização de sistemas remotos para a continuidade desses serviços durante o distanciamento social. Mais que isso, no *Global Learner Survey 2020*³, publicado pela Pearson em 2021, evidenciou-se que cerca de 90% dos entrevistados acreditavam que a aprendizagem online continuaria a ser parte dos ensinamentos fundamental, médio e superior mesmo após a pandemia.

Nesse contexto, as ações estratégicas apontadas no E-Digital 2022-2026 voltaram-se não só para o suporte à implementação de laboratórios e plataformas educacionais com recursos de tecnologias da comunicação em escolas públicas e à ampliação do fornecimento de softwares de baixo custo para estudantes como também para a incorporação de competências digitais como iniciação tecnológica e formações em robótica e segurança da informação nos currículos.

É relevante, portanto, que, a fim de incorporar as tecnologias mais atualizadas às instituições públicas de ensino público, as quais, geralmente, dispõem de acesso mais limitado, o poder público promova formações para os profissionais da educação, disponibilize informações sobre as ferramentas que estão disponíveis imediatamente e, também, sobre as que poderão ser implementadas em um futuro próximo.

Ademais, é possível fomentar ainda iniciativas conjuntas entre a administração pública e empresas privadas, como foi o Projeto Biblioteca, desenvolvido pela Prefeitura de Santos (SP), a empresa de logística VLI e o Instituto Tellus⁴. O projeto foi implementado em 9 Escolas Municipais pilotos do Programa de Justiça Restaurativa e tinha como objetivo a construção de experiências de aprendizagem e alfabetização a partir de tecnologias digitais que possibilitassem o desenvolvimento de competências informacionais como a fluência digital a partir da reformulação dos espaços de bibliotecas e de uma maior utilização dessas.

3 Pearson. *Global Learner Survey 2020*. 2021. Disponível em <https://plc.pearson.com/sites/pearson-corp/files/pearson/global-learner-survey/pearson-global-learners-survey-2020-final.pdf>. Acessado em 31/03/2023.

4 Instituto Tellus. *Projeto Biblioteca: Como equipar com novas tecnologias as bibliotecas de escolas municipais de Santos*. Disponível em <https://tellus.org.br/conteudos/artigos/projeto-biblioteca-novas-tecnologias/>. Acessado em 30/03/2023.

5 EMBRAPII. *Totem inteligente de entrega de lixo eletrônico ajuda a reduzir a poluição em cidades brasileiras*. 2022. Disponível em <https://embrapii.org.br/totem-inteligente-de-entrega-de-lixo-eletronico-ajuda-a-reduzir-a-poluicao-em-cidades-brasileiras/>. Acessado em 03/04/2023.

Resíduos Sólidos

Por fim, o setor de resíduos sólidos urbanos (RSU) também pode ser significativamente beneficiado pela adoção de tecnologias digitais, especialmente na automatização de processos na gestão dos resíduos. A utilização de softwares possibilita a otimização de rotas para as coletas, identificando os que são mais rápidos, bem como permitem o acompanhamento em tempo real, de modo que se identifique tanto o cumprimento da rota pré-determinada como dos resíduos coletados em cada cliente.

Uma outra possibilidade é o registro em aplicativo dos resíduos coletados, eliminando a necessidade de esperar o retorno do veículo para a confirmação da realização da coleta. Esse tipo de tecnologia também facilita a geração dos documentos que devem acompanhar a carga, especialmente quando esta é de resíduos considerados perigosos.

Outro exemplo de como a transformação digital insere-se no setor de RSU é a Ponto de Entrega Voluntária (PEV) inteligente, uma máquina criada por meio de uma iniciativa da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) em conjunto com a *start-up* Weee.do⁵ com capacidade para o monitoramento remoto da quantidade de resíduos eletrônicos coletada por meio da medição do peso e do volume dos materiais descartados. Espera-se que o protótipo atualmente em testes possa ser replicado em escala comercial e assim auxilie as empresas a se adequarem à Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida em 2010.

Ressalta-se que, embora essas tecnologias estejam começando a se popularizarem no setor, o uso delas não consta como uma obrigação nos contratos de PPPs e concessões atualmente vigentes, mas tornam-se soluções que opcionalmente as empresas tendem a implementar pelos benefícios associados aos ganhos de eficiência e consequente redução de custos.

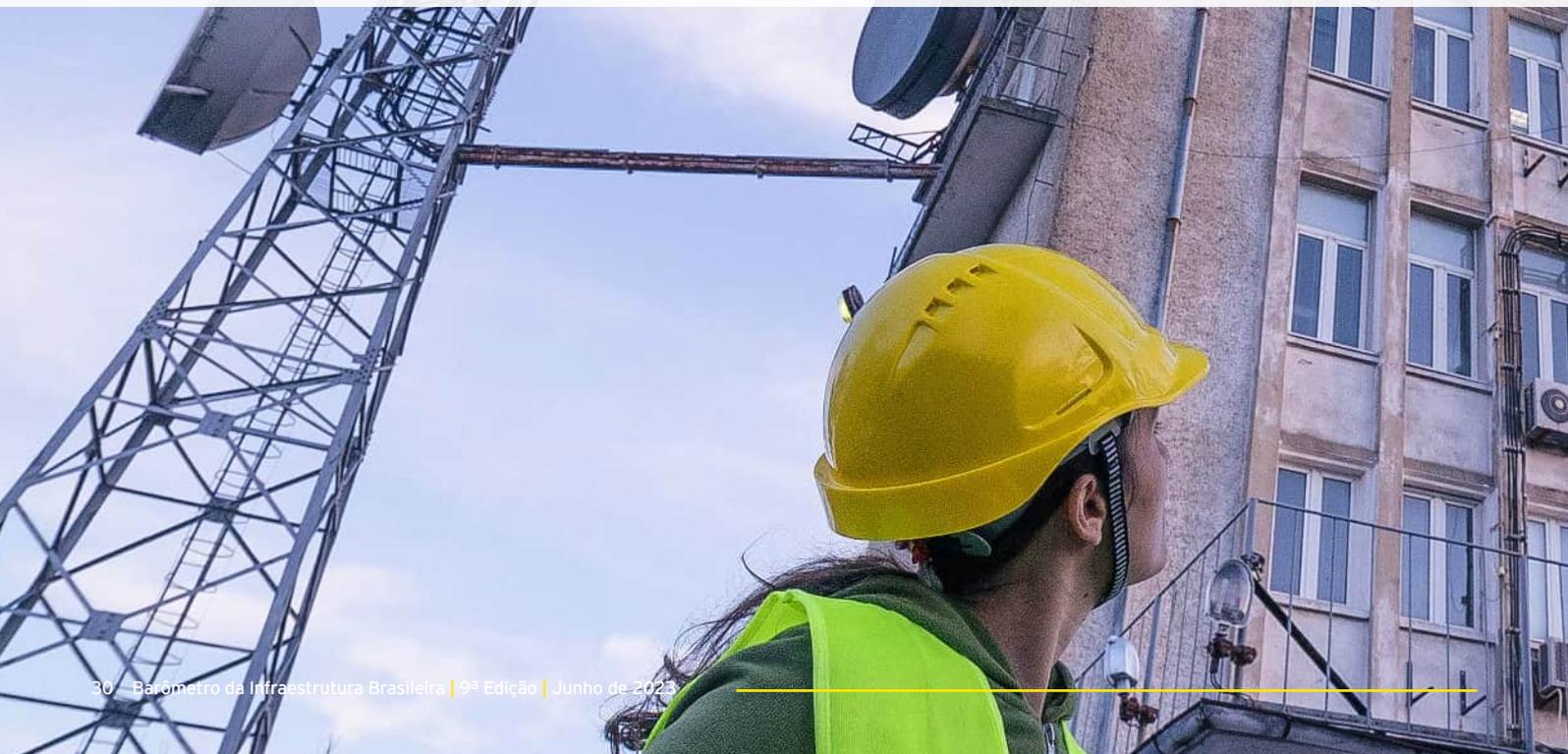
6

Cenário do Brasil no início dos novos governos

A maior parte do público considera que atualmente o governo federal não está elaborando diretrizes e programas suficientes para o desenvolvimento do setor de infraestrutura.

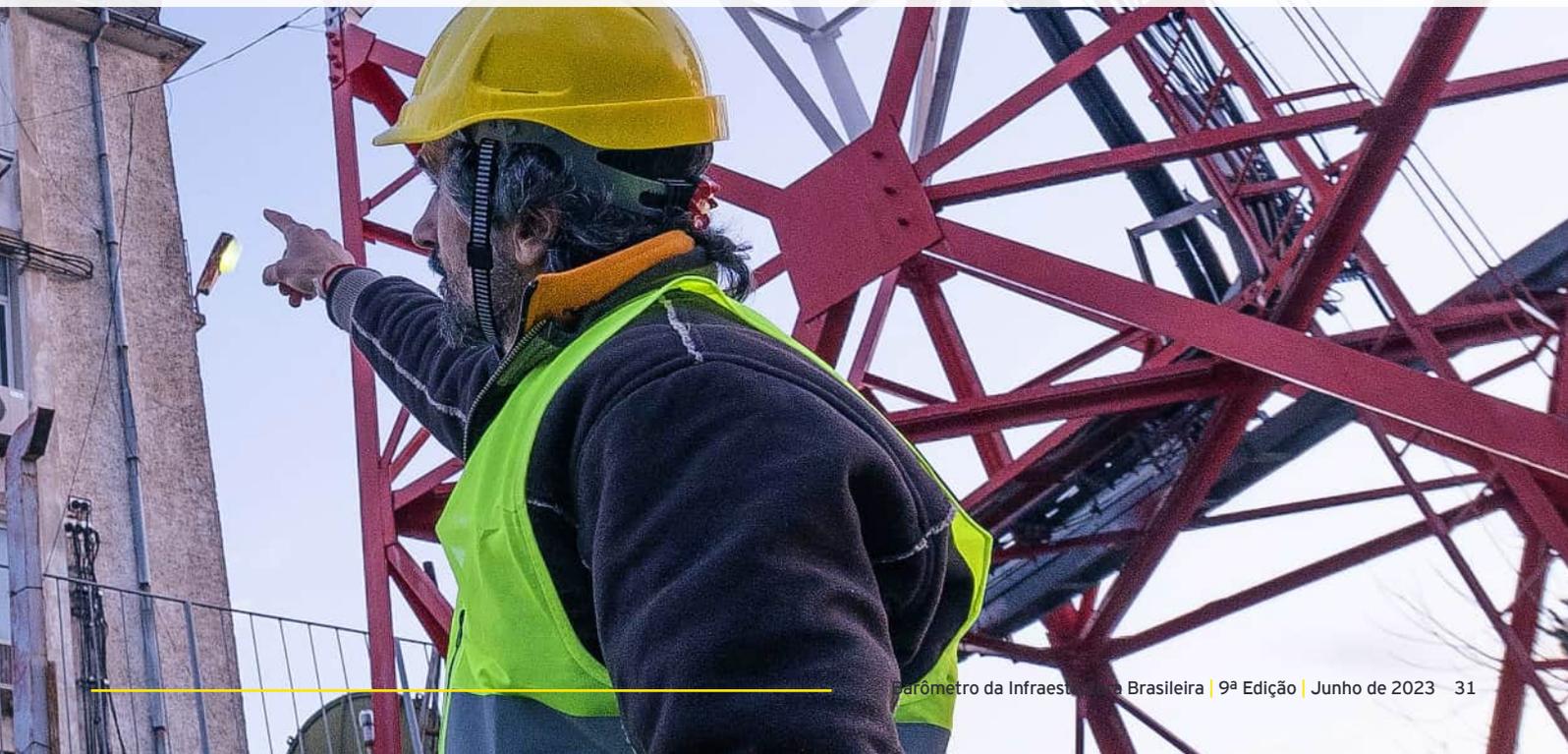
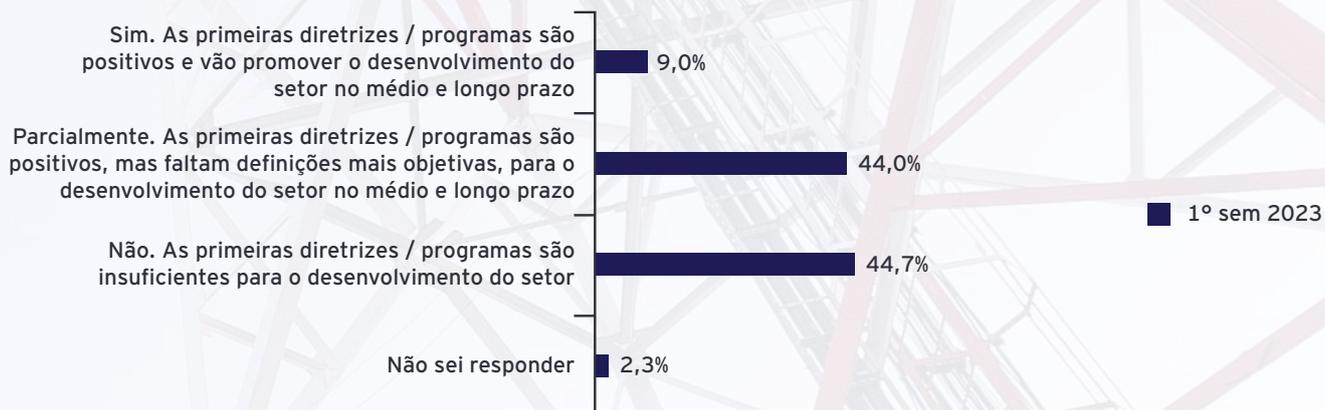
As pesquisas indicaram uma percepção negativa acerca da elaboração, por meio do Governo Federal, de diretrizes e programas adequados ao setor de infraestrutura. Esses resultados podem influenciar significativamente o rumo da agenda de concessões e PPPs, uma vez que somente 9,0% do público considera que as primeiras diretrizes e programas são

positivos e vão contribuir para o desenvolvimento do setor nos médio e longo prazos. Enquanto isso, há uma divisão entre as respostas para aqueles que acreditam na concretização parcial desses projetos (44,0%), frente a 44,7% dos que apontam que as iniciativas são insuficientes para o desenvolvimento da infraestrutura.





1 Na sua avaliação o governo federal está elaborando diretrizes e/ou programas adequados ao setor de infraestrutura?

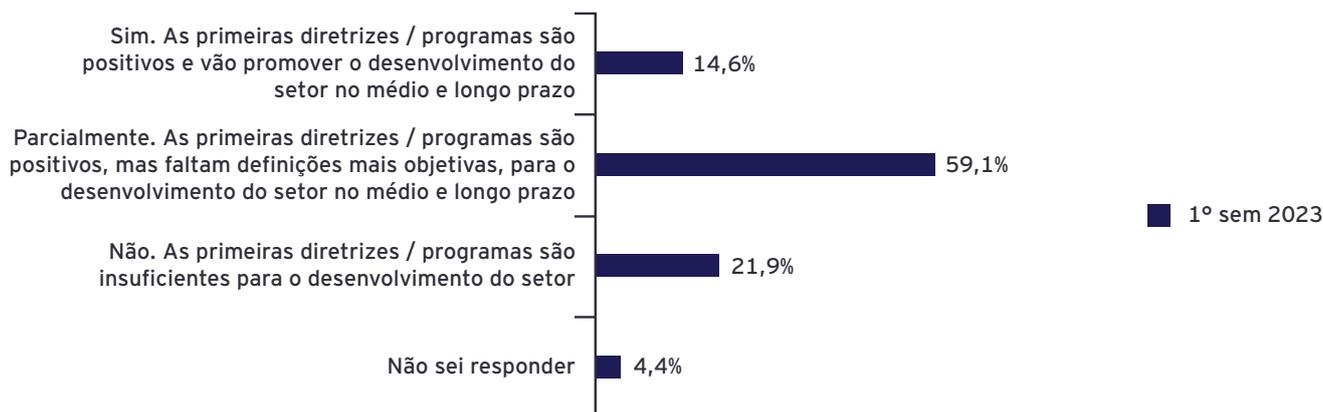


6. Cenário do Brasil no início dos novos governos

Na esfera estadual, 73,7% dos entrevistados apontaram que os estados estão promovendo as primeiras diretrizes e programas, mesmo que parcialmente, enquanto 21,9% indicaram que essas iniciativas ainda são insuficientes para o desenvolvimento do setor.

Comparativamente com o Governo Federal, o resultado pode mostrar também uma expectativa e maior impacto no nível Federal quanto às diretrizes que serão definidas.

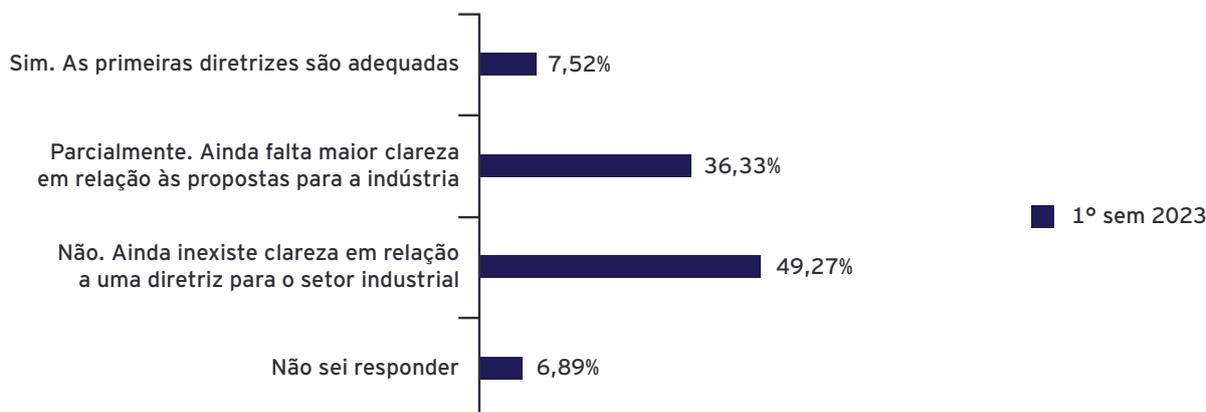
2 Na sua avaliação os governos estaduais estão elaborando diretrizes e/ou programas adequados ao setor de infraestrutura?



Com o predomínio de uma percepção de que faltam definições mais objetivas tanto pelo Governo Federal como pelos governos estaduais, entende-se que acelerar a agenda de PPPs e Concessões ajudaria esses entes a destravarem a agenda de infraestrutura.

A parcela dos empresários consultados acredita que as primeiras diretrizes apresentadas pelo Governo Federal para a retomada do crescimento da indústria carecem de clareza em suas propostas. Com isso, evidencia-se uma percepção de incerteza quanto ao crescimento das indústrias nesse primeiro semestre de 2023.

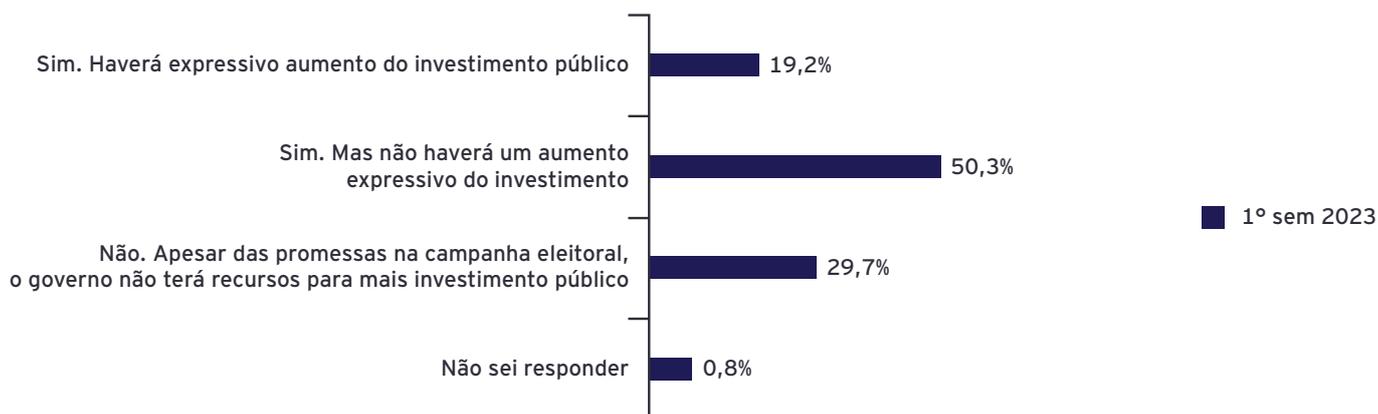
3 Em relação à indústria, você avalia como adequadas as primeiras diretrizes apresentadas pelo Governo Federal para a retomada do crescimento?



A maior parte dos entrevistados (69,5%) acredita que haverá um aumento dos investimentos públicos por meio do governo federal no setor de infraestrutura. No entanto, a maioria (50,3% do total dos entrevistados) considera que esse aumento

não será expressivo. Esse fato pode ser explicado pelas incertezas relacionadas às políticas que serão adotadas pelo governo federal ainda pouco conhecidas até a data de fechamento dessa edição do Barômetro.

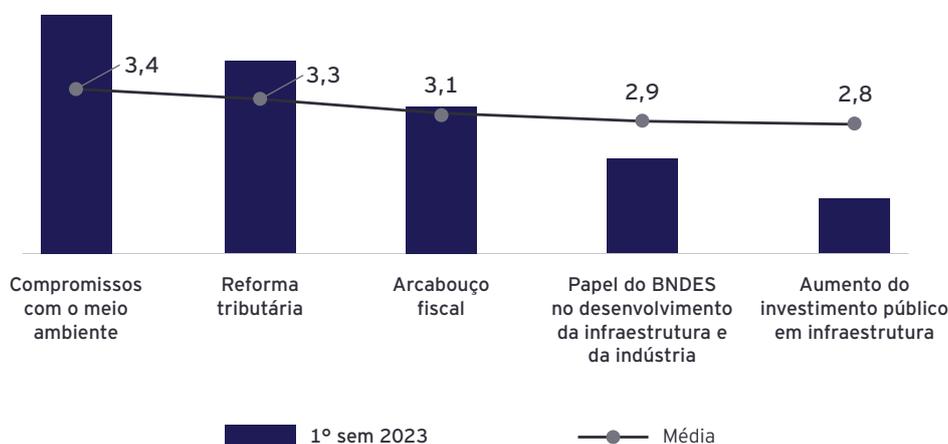
4 Na sua avaliação o novo Governo Federal irá promover aumento do investimento público no setor de infraestrutura?



A atual pesquisa parece refletir as pautas que foram apresentadas durante as eleições, nas quais o novo governo apontava o estímulo a compromissos com o meio ambiente como uma de suas principais iniciativas. A reforma tributária, indicada como

segunda iniciativa positiva a ser desenvolvida pelo novo governo, foi a principal prioridade entre as pautas a serem consideradas pelo governo federal, conforme última edição do barômetro.

5 Entre as primeiras iniciativas e sinalizações do Governo Federal, em relação aos temas a seguir, enumere as que você vê como mais positivas até agora, sendo 5 para a mais positiva e 1 para a menos positiva.



6. Cenário do Brasil no início dos novos governos

As expectativas do público entrevistado indicam que as primeiras iniciativas do governo federal em relação à agenda ambiental são importantes, porém ainda não colocam o Brasil como protagonista

no tema, enquanto uma parcela considerável do público (28,2%) entende que falta clareza sobre a posição do país nessa agenda.

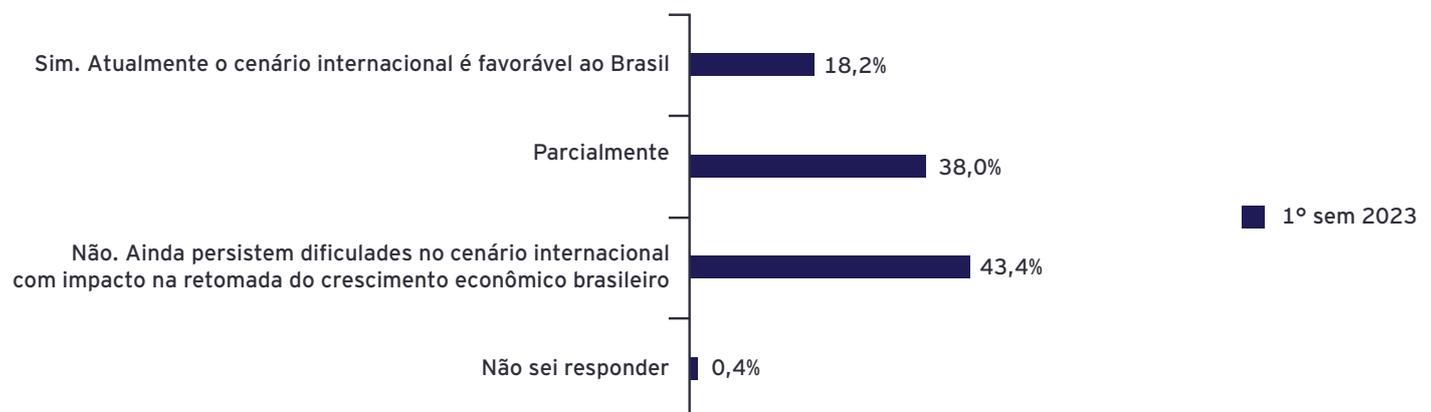
6 Na sua avaliação as primeiras iniciativas do Governo Federal em relação à agenda ambiental colocam o Brasil como protagonista na discussão sobre o tema?



A retomada do crescimento econômico do país é um assunto de grande expectativa não só para os leitores como para toda a população. A presente pesquisa demonstra que 43,4% do público acredita

que há dificuldades consideráveis para a retomada do crescimento em virtude do contexto internacional, enquanto apenas 18,1% acreditam que o cenário externo é favorável ao Brasil.

7 Na sua avaliação o cenário internacional atual favorece ou não o processo de retomada de crescimento para o país?

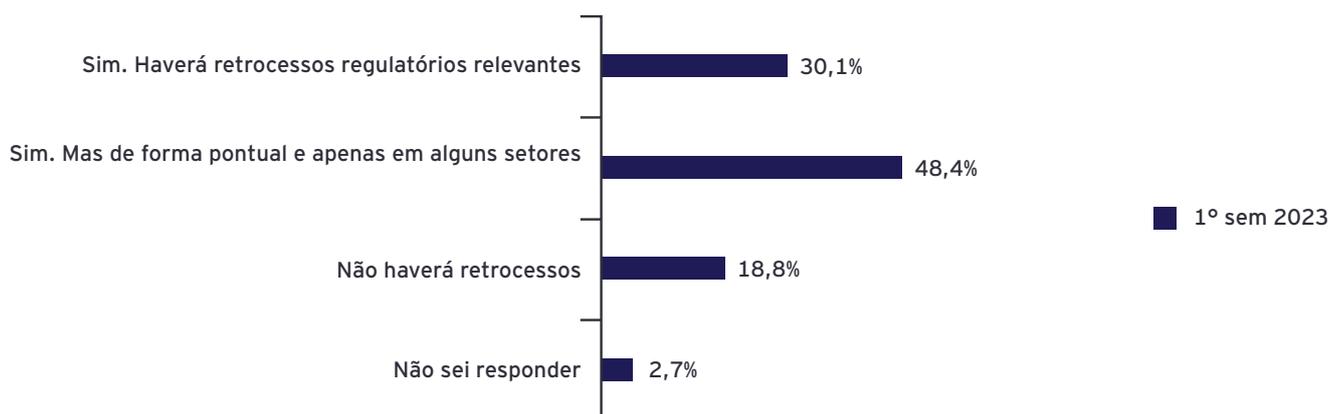


O cenário é de apreensão sobre possíveis retrocessos em marcos regulatórios, processos de concessões no setor de infraestrutura e independência das agências reguladoras.

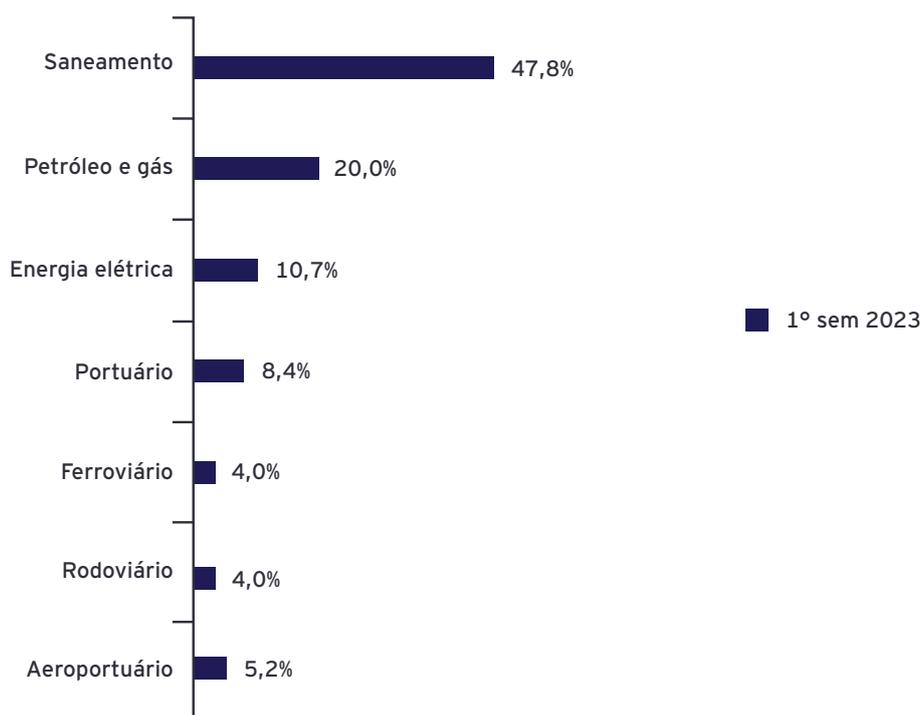
A maior parcela das respostas (78,5%) acredita que serão efetivadas mudanças nos marcos regulatórios, com potencial impacto nos processos

de concessões. Os setores com maior percepção de risco são Saneamento (47,8%) e Petróleo/Gás (20,0%), sendo que para o primeiro já foram observados os primeiros impactos dos Decretos 11.466 e 11.467 publicados no início de abril de 2023, com alterações em uma série de determinações previstas no Novo Marco Legal do Saneamento.

8 Você acredita que haverá retrocessos nos marcos regulatórios e nos processos de concessão de serviços públicos de infraestrutura?



9 Qual setor pode sofrer maior retrocesso regulatório num futuro próximo?

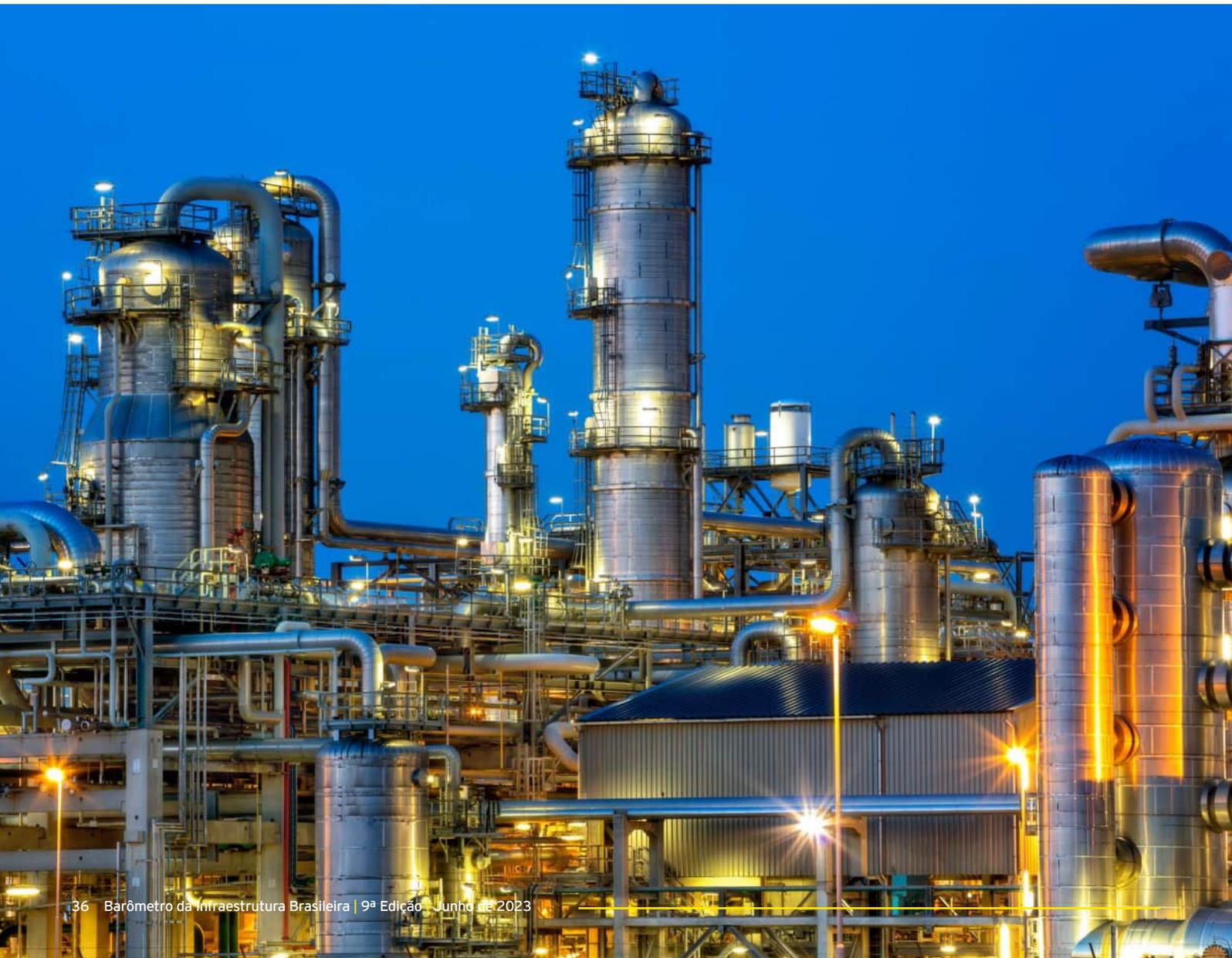
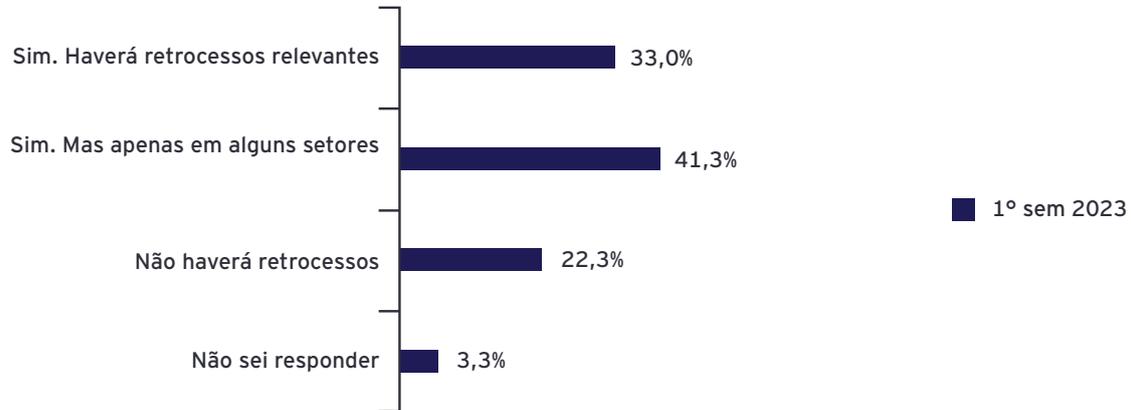


6. Cenário do Brasil no início dos novos governos

Quanto à autonomia e independência das agências reguladoras a pesquisa indica uma alta expectativa de retrocesso, com cerca de 74% dos entrevistados

acreditando nessa hipótese, mas a maioria destes entende que o retrocesso acontecerá apenas em alguns setores.

10 Você acredita que haverá retrocessos na autonomia e independência das agências reguladoras de infraestrutura?



Lições Aprendidas

Atual perspectiva dos investidores no setor de infraestrutura no Brasil

Estruturadores Nacionais + Subnacionais

A expansão de projetos de PPP e Concessão está fundamentada na importante atuação de BNDES e CAIXA, os quais atualmente têm carteiras com projetos em múltiplos setores. Enquanto o BNDES apresenta maior foco nos níveis federal e estadual, a CAIXA está voltada para entes municipais, tendo em vista sua capilaridade em todo o Brasil. Por outro lado, tem ocorrido a entrada de novos *players* no apoio aos entes subnacionais na estruturação de projetos, como o BANDES, BRDE, CODEMGE, entre outros. Toda esta movimentação pode ser entendida como um sinal de resposta às estruturações via PMI, que resultaram em poucos projetos licitados e uma alta taxa de insucesso em iniciativas nos diversos setores e entes públicos.

Saneamento

O setor de saneamento sem dúvidas é aquele que mais vem ganhando destaque nos noticiários nestes últimos meses. A Lei 14.026/2020, considerada como um Novo Marco Legal do Saneamento, impulsionou os investimentos no setor de forma expressiva, principalmente por meio de projetos de concessão e PPP em diversos Estados, que trouxeram empresas da iniciativa privada para apoiar os entes subnacionais na execução dos volumosos investimentos necessários à universalização dos serviços de água e esgoto. Em 2023, com a publicação dos Decretos 11.466 e 11.467, o setor vive momentos de incerteza, de modo que são aguardados novos desdobramentos nos próximos meses e seus eventuais impactos, principalmente, sobre novos projetos para o setor e sobre as metas de universalização para 2033.

Concessões de Rodovias

Para os projetos de Rodovias a situação também é de acompanhamento sobre as diretrizes para novos projetos, principalmente no nível federal. Os últimos leilões estavam prevendo um modelo híbrido, com limite no desconto sobre a tarifa e o restante do deságio sendo capturado por meio da outorga. Um tema que se discute no Governo Federal é a mudança no critério do leilão, passando exclusivamente para menor tarifa. As expectativas no setor, entretanto, são positivas em relação à competição para novos projetos, já que no leilão do Rodoanel de SP, realizado em março deste ano, quatro consórcios apresentaram propostas.

Sobre o estudo

O Barômetro da Infraestrutura Brasileira é uma sondagem semestral realizada pela ABDIB e pela EY, de forma digital, com o objetivo de captar a opinião de gestores, de investidores e de especialistas que apoiam a estruturação de projetos de infraestrutura.

Não tem caráter científico.

Intervalo de captura das respostas, nesta edição, foi de 15/03/2023 a 31/03/2023.

Quantidade de respostas: 479

Contatos

ABDIB

Roberto F. Guimarães
Diretor de Planejamento e Economia
roberto.guimaraes@abdib.org.br

Ricardo Galuppo
Diretor de Comunicação
ricardo.galuppo@abdib.org.br

Frederico Moreno P. Barreto
Coordenador Depto. Economia
fred@abdib.org.br

Victória Pedrosa
Assistente de Relações Públicas
victoria@abdib.org.br

EY

Luiz Claudio Campos
Sócio
luiz-claudio.campos@br.ey.com

Gustavo Gusmão
Diretor Executivo
gustavo.gusmao@br.ey.com

Antonio Alvarenga
Gerente Sênior
antonio.alvarenga@br.ey.com

Thaís Gualberto
Gerente
thais.gualberto@br.ey.com

EY | Building a better working world

Sobre a EY

A EY existe para construir um mundo de negócios melhor, ajudando a criar valor no longo prazo para seus clientes, pessoas e sociedade e gerando confiança nos mercados de capitais.

Tendo dados e tecnologia como viabilizadores, equipes diversas da EY em mais de 150 países oferecem confiança por meio da garantia da qualidade e contribuem para o crescimento, transformação e operação de seus clientes.

Com atuação em assurance, consulting, strategy, tax e transactions, as equipes da EY fazem perguntas melhores a fim de encontrarem novas respostas para as questões complexas do mundo atual.

EY se refere à organização global e pode se referir a uma ou mais afiliadas da Ernst & Young Global Limited, cada uma delas uma pessoa jurídica independente. A Ernst & Young Global Limited, companhia britânica limitada por garantia, não presta serviços a clientes. Informações sobre como a EY coleta e utiliza dados pessoais, bem como uma descrição dos direitos individuais de acordo com a legislação de proteção de dados, estão disponíveis em ey.com/privacy. As afiliadas da EY não exercem o direito se essa prática for proibida pelas leis locais. Para mais informações sobre a nossa organização, visite ey.com.br.

Este comunicado foi emitido pela EYGM Limited, integrante da organização global da EY que também não presta serviços a clientes.

©2023 EYGM Limited.
Todos os direitos reservados.

ey.com.br

[Facebook | EYBrasil](#)

[Instagram | eybrasil](#)

[Twitter | EY_Brasil](#)

[LinkedIn | EY](#)

[YouTube | EYBrasil](#)

Sobre a ABDIB

Fundada em 1955, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cuja missão é:

- ▶ Contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base;
- ▶ Fortalecer a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base;
- ▶ Colaborar com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos;
- ▶ Ampliar a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

A ABDIB congrega uma ampla gama de empresas públicas e privadas que participam de todas as fases dos negócios (estruturação, investimento e operação) nos setores de infraestrutura e indústrias de base, tais como concessionárias de serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços como engenharia e escritórios de advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de private equity, seguradoras, bancos de investimentos e empresas de consultoria, entre outras.

abdib.org.br

[Facebook | abdib.infraestrutura](#)

[Twitter | AbdibOficial](#)

[LinkedIn | abdib](#)

[Instagram | infraparacrescer](#)

[Youtube | abdifoficial](#)